

4.—Caracterização e funcionamento do curso de Tradutores- Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. Análise Crítica.

4.1.Organização do Curso

— *A: Antecedentes históricos*

A.1.— Com raras excepções, as pessoas e comunidades Surdas foram, durante séculos, oprimidas e marginalizadas. Ainda hoje esta é a sua situação na maioria dos países do mundo. A partir dos anos 1970, registaram-se, porém, progressos muito consideráveis que alteraram, por vezes de forma radical, essa situação em muitos países, com destaque, na Europa, para os países escandinavos, a Finlândia e o Reino Unido. Portugal fez um esforço real para acompanhar estes progressos, sobretudo a partir da sua adesão à Comunidade (hoje União) Europeia em 1986. Mas o esforço, além de tardio, foi lento, razão pela qual subsistem ainda, neste particular, muitos entraves e muito caminho a percorrer para os superar.

A. 2.— Até 1997, a situação da Comunidade Surda portuguesa era, muito resumidamente, a seguinte. Por um lado, as pessoas Surdas eram encaradas sob a perspectiva da “deficiência”, o que as colocava dependentes de instituições de “reabilitação” e “ensino especial”. Por outro lado, eram-lhes negados direitos humanos essenciais, tais como o do acesso a um desenvolvimento pessoal, profissional e cultural baseado nos princípios da igualdade de oportunidades e da equidade, entre os quais avulta a aquisição e o uso irrestrito da LGP.

A.3. — **LGP e Língua Gestual Portuguesa** são, respectivamente, o acrónimo e o sintagma correntemente usados para denominar o idioma vernáculo, autóctone e ancestral da Comunidade Surda de Portugal. Com uma única excepção (a de uma experiência de ensino bilingue realizada na escola A-da-Beja com uma criança surda), o direito ao uso deste idioma como instrumento didáctico —e até mesmo como instrumento de comunicação/socialização— esteve praticamente interdito, até 1997, no sistema escolar e de educação pré-escolar, tanto público como privado. O mesmo vale dizer (com uma esporádica excepção nos anos 1980) do seu uso no meio de comunicação social mais poderoso, a televisão, malgrado a adequação desta às características externas da LGP, língua visual.

A.4.— A constatação deste e doutros factos conexos, levou um docente do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (José Manuel Catarino Soares) e o então presidente em exercício (engenheiro Daniel Brito e Cunha) da Associação Portuguesa de Surdos (APS), a mais antiga e maior instituição da Comunidade Surda Portuguesa, a propor às suas respectivas instituições a celebração de um protocolo de cooperação destinado a alterar, tanto quanto possível, este estado de coisas no âmbito fundamental da educação das crianças, jovens e adultos surdos. Nesse

protocolo (cf. Anexo), que veio a ser celebrado entre as duas instituições em Julho de 1992, traçaram-se os seguintes objectivos:

- (i) Definir planos curriculares e conteúdos programáticos e ministrar cursos de formação de professores de LGP e de tradutores-intérpretes de LGP;
- (ii) Promover em prazos razoáveis as condições logísticas, humanas e materiais necessárias à admissão de alunos surdos nos cursos ministrados na ESE de Setúbal;
- (iii) Promover trabalhos de investigação linguística da LGP e a divulgação desses trabalhos;
- (iv) Cooperar na produção de materiais audiovisuais e impressos destinados a responder aos objectivos (i)-(ii)-(iii).

A.5.— Foi considerado como objectivo prioritário a formação de tradutores-intérpretes de LGP ao nível de qualificação profissional e de exigência técnico-científica que as necessidades da Comunidade Surda de Portugal, o reforço da coesão social e o esforço de modernização do país impunham (e impõem), e que só o ensino superior estava (e está) em condições de suprir.

A.6.— A primeira iniciativa conjunta realizada nesse sentido teve início em Setembro de 1992. No quadro do programa europeu **Horizon** (Horizonte), foi construído um projecto de formação de cinco tradutores-intérpretes (ouvintes) de LGP e seis professores (surdos) de LGP, seleccionados pela unidade de LGP da APS. A execução do projecto ficou a cargo de uma parceria constituída entre a ESE de Setúbal e a School of Education (Centre for Deaf Studies) da Universidade de Bristol, no Reino Unido. Esta última instituição foi escolhida pela APS por ter sido a primeira instituição de ensino superior da União Europeia a estabelecer um diploma de estudos superiores numa língua gestual (no caso a British Sign Language, BSL) e a primeira a estabelecer um diploma de tradutor-intérprete de uma língua gestual (no caso em apreço a BSL).

A.7.— Assim, de Setembro de 1992 a Janeiro de 1994, em regime de tempo integral e intensivo, foi realizado — alternadamente em Setúbal e em Bristol — este curso. Todos os alunos envolvidos foram aprovados, tendo recebido o seu diploma pela Universidade de Bristol.

A.8.— A equipa docente da ESE de Setúbal envolvida nestes projecto foi constituída pelos professores José Manuel Catarino Soares (coordenador), Luís Souta, José Victor Adragão, Suzanne Reichenstein, todos ainda docentes desta escola, e Maria do Carmo Vieira da Silva, ex-docente desta escola e hoje professora auxiliar numa universidade portuguesa. Integrou também esta equipa, para assistir os estudantes surdos nas aulas que tiveram lugar em Portugal, a Dra. Maria José Almeida, então intérprete de LGP ao serviço da APS, hoje docente da ESE de Setúbal.

A.9. — Integraram, entre outros, a equipa da Universidade de Bristol os professores Jim Kyle (director do Centre for Deaf Studies), Bencie Woll, Rachel Sutton-Spence e Clark Denmark. A coordenação geral do projecto ficou a cargo do professor José Humberto Medeiros Bettencourt, então presidente em exercício da APS e docente da sua Unidade de LGP, hoje docente da ESE de Setúbal.

A.10 — A experiência e os conhecimentos que estes docentes da ESE adquiriram ao longo desta frutuosa colaboração com (i) a Universidade de Bristol; (ii) com a APS e outras instituições da comunidade surda portuguesa; (iii) com o contacto e intercâmbio com as realidades das suas congéneres noutros países da União Europeia e (iv) com outras instituições de ensino superior da UE e dos EUA que possuem créditos firmados na formação de intérpretes de línguas gestuais e na educação bilingue (língua gestual autóctone + língua vocal maioritária e/ou autóctone do país considerado) das pessoas surdas — bem como o facto de se ter entretanto criado, na ESE de Setúbal, um bacharelato em Tradução-Interpretação de Inglês e Francês (hoje extinto), em que estiveram envolvidos outros professores da ESE para além dos mencionados — permitiram construir uma base interna favorável à criação de um curso superior de Tradução-Interpretação de LGP na ESE de Setúbal, concretizando assim, num nível mais avançado, o primeiro dos objectivos traçados no protocolo já referido.

— B: Criação do Curso de Tradução- Interpretação de LGP

B.1.— Em 1997 foi criado o curso de **bacharelato** (3 anos) de Tradução-Interpretação de LGP (Portaria nº 542/97 de 23 de Julho), o primeiro do seu género em Portugal. Este curso evoluiu, em 2000, para um curso bietápico de **licenciatura** (bacharelato [3 anos] + Licenciatura [2 anos]) de Tradução-Interpretação de LGP (portaria nº 466-G/2000 de 21 de Junho), também o único do seu género em Portugal.

B.2.— A criação destes cursos foi precedida ou acompanhada, ao longo dos anos 1994-2002, por iniciativas (estudos, pareceres, propostas, debates, consultas e diligências institucionais) das quais se destacam, em particular, as que resultaram:

— (1) na inscrição, na **Classificação Nacional de Profissões**, no grupo base 2.4.4.4 (Filólogos, Tradutores e Intérpretes), de um novo sub-grupo (2.4.4.4.20), com a denominação “Intérprete de Língua Gestual”.

— (2) na definição do **Perfil Profissional do Tradutor-Intérprete de LGP**, tendo (1) e (2) sido realizados no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional;

— (3) na redacção da **Declaração sobre a Língua Gestual Portuguesa**, adoptada pela “Comissão para o Reconhecimento e Protecção da LGP” (organismo constituído pela Associação Portuguesa de Surdos [APS], a Federação Portuguesa das Associações de Surdos [FPAS], a Associação de Pais para a Educação das Crianças Deficientes Auditivas [APECDA], a Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa [AILGP] e a Associação Portuguesa de Professores e Técnicos de Reabilitação de Crianças e Jovens Surdos [APPTRCJS]).

— (4) na redacção da proposta que serviu de base à Assembleia da República para aprovar uma **nova alínea** (f) do artigo 74.2 alínea (f) **da Constituição da República Portuguesa**, a qual impõe ao Estado a obrigação de “*proteger e valorizar a língua gestual portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e de igualdade de oportunidades*”.

— (5) na redacção do parecer da “Comissão para o Reconhecimento e protecção da LGP” que enformou a **Lei nº 89/99** da Assembleia da República “*que define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual*” .

— (6) no redacção do parecer da Direcção Central da APS que precedeu o **despacho nº 7520/98** do Ministério da Educação o qual “define e estabelece as condições para a criação e funcionamento de unidades e apoio à educação das crianças e jovens surdos nos estabelecimentos públicos, bem como a a organização da resposta educativa nestas unidades para crianças e jovens surdos”, aí se prevendo a criação de vagas de tradutor-intérprete de LGP no quadro de pessoal técnico adstrito a estas unidades.

— (7) na **Lei nº 519/VII de 2002 da Assembleia da República**— alteração à lei de Televisão nº 31-A/98 — que aditou ao artigo 44 desta lei uma nova alínea (f), com seguinte redacção, “*assegurar a igualdade de acesso à informação e à programação em geral a todos os cidadãos, garantindo por isso que as emissões possam ser acompanhadas por pessoas surdas ou com deficiência auditiva, recorrendo para o efeito à legendagem ou à interpretação através de língua gestual*” e a modificação da alínea (e) do seu artigo 45, que passou a ter a seguinte redacção, “*emitir programação específica direccionada para pessoas surdas ou com deficiência auditiva*”.

— (8) na apresentação reiterada (mas sem êxito) ao PRODEP de uma proposta definindo os objectivos, equipamentos e infraestruturas de um **Laboratório de LGP**, como estrutura logística auxiliar da licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP da ESE de Setúbal.

C.— Bases jurídicas

C.1— Na elaboração da proposta curricular deste curso consideraram-se como suas bases jurídicas, além da legislação geral aplicável — Lei de Bases do Sistema Educativo então em vigor, da Lei nº 54/90 de 5 de Setembro (estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino Politécnico), dos Estatutos do IPS (despacho normativo nº 6/95), dos estatutos da ESE do IPS (despacho normativo nº 29/95); do regulamento geral dos cursos bietápicos de licenciatura das escolas do ensino superior politécnico (portaria nº 413-A/98) — o disposto no artigo 74º (ensino) da Constituição da República Portuguesa, em particular a já citada alínea (f) do seu artigo 2, a qual impõe ao Estado a obrigação de “proteger e valorizar a língua gestual portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e de igualdade de oportunidades”, e o disposto na lei 89/99 da Assembleia da República “que define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual”, designadamente o seu artigo 5º (formação).

C.2— Convém notar que a alínea da Constituição e a lei acima referidas não existiam ainda quando foi criado o curso de bacharelato de Tradução-Interpretação de LGP na ESE de Setúbal, o primeiro do seu género em Portugal.

D.— Fontes curriculares

D.1.— Para a elaboração do plano curricular do curso de licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP, foram consultadas (i) pessoas e instituições nacionais e estrangeiras, bem como (ii) planos curriculares relativas a cursos congéneres ou afins.

D.2.— Entre as primeiras destacamos a Unidade de Língua Gestual Portuguesa (U.L.G.P) da APS, na pessoa do seu coordenador de então, professor José H. M Bettencourt; a Associação de Intérpretes de LGP (A.I.L.G.P) na pessoa da sua vice-Presidente de então, intérprete (e Coda) Maria José D. F. de Almeida; a Associação Internacional “Children of Deaf Adults”, (C.O.D.A) na pessoa da sua presidente de então, intérprete Trudy Schafer; o Center for the Study of Communication and the Deaf da Boston University, na pessoa do seu director, professor (e Coda) Robert Hoffmeister, o Centre for Deaf Studies da University of Bristol, na pessoa dos professores Jim Kyle e Bencie Woll.

D.2.— Entre as segundas destacamos: o currículo dos cursos de formação de intérpretes de LGP que foram organizados pela ULGP até a aprovação da lei nº 89/99; o currículo do curso de formação de tradutores-intérpretes de LGP organizado e realizado em parceria pela ESE do Instituto Politécnico de Setúbal e pela School of Education da University of Bristol; o currículo de tradução-interpretação de BSL (British Sign Language) da mesma Universidade; os currículos dos cursos de tradução-interpretação de ASL (American Sign Language) da Northeastern University (Boston, EUA) e da Gallaudet University (Washington D.C); o currículo de tradução-interpretação de LSF (Langue des Signes Française) da Université de Paris III-Sorbonne Nouvelle (ESIT).

E.— Fundamentação geral do plano curricular

E.1— Todas as profissões tendem a gerar diferenciações internas à medida que evoluem e que a sociedade se torna mais complexa e diferenciada. A profissão de tradutor-intérprete de uma língua gestual não constitui excepção. A sua evolução está intimamente ligada à luta pelos direitos humanos, civis e culturais das pessoas e comunidade Surdas, com vista à sua afirmação como membros de minorias linguísticas vivendo no seio de sociedades constituídas na sua esmagadora maioria por pessoas ouvintes, e organizadas (exclusiva ou quase exclusivamente) em função das necessidades e dos interesses dessa maioria, tanto nas grandes questões como nos mais ínfimos pormenores.

E.2.— Por isso, não deve surpreender que esta profissão tenha começado por ser exercida pelos filhos ouvintes de pais Surdos — conhecidos por **Codas** (=Children of Deaf Adults) a nível internacional. Não havendo formação profissional específica que contemplasse a sua língua gestual nativa, os Codas portugueses eram todos, por força das circunstâncias, autodidactas. Das suas fileiras, saíram, porém, excelentes intérpretes e a grande maioria das pessoas ouvintes que exercem actualmente funções de formadores de intérpretes, tanto em Portugal como noutros países.

E.3— Hoje em dia, em todos os países em que as condições de acesso e exercício da profissão de tradutor-intérprete de uma língua gestual se encontra definidas por lei (nos quais Portugal se inclui desde 1999), esta profissão tem exactamente as mesmas diferenciações que a profissão muito mais antiga de tradutor-intérprete de uma língua vocal, a saber:

- escalão 1: tradutor-intérprete (**intérprete**, para abreviar)
- escalão 2: intérprete de conferência

— escalão 3: formador de intérpretes

E.4.— Como adiante se verá, o curso de licenciatura bietápica cobre os dois primeiros escalões: intérprete (bacharelato, 3 anos) e intérprete de conferência (licenciatura, 5 anos).

E.5.— Há, porém, uma particularidade específica à profissão de tradutor-intérprete de qualquer língua gestual. Estas línguas **não são**, nos respectivos países onde são faladas, **línguas estrangeiras**, ou línguas de imigrantes. São **línguas autóctones** às quais, porém, a maioria da população de cada país, em virtude precisamente de ser constituída por pessoas ouvintes, pouca ou nenhuma atenção prestou até a uma data recente; que os poderes públicos ignoraram, durante séculos, nos seus cálculos, planos e decisões; que foram ridicularizadas, marginalizadas, estigmatizadas e até mesmo proibidas por quase todos os movimentos sociais, correntes pedagógicas, religiões organizadas, partidos e regimes políticos, inclusivamente por aqueles que a si mesmos se definiam como tolerantes e progressistas. Só há cerca de 30 anos, como se disse, este panorama começou a mudar, nalguns países de alguns continentes.

E.5— Os tradutores-intérpretes de línguas gestuais trabalham, pois, a maior parte do tempo, não como mediadores da comunicação entre cidadãos de países e línguas diferentes, mas entre cidadãos do mesmo país que falam línguas diferentes. Destes factos decorrem consequências importantes a ter em conta na formação destes profissionais.

E.6.— Assim, por exemplo, ao designador “intérprete de conferência” não corresponde apenas (ou sequer principalmente), no caso concreto e muito especial dos intérpretes de línguas gestuais, à interpretação simultânea em contexto de “conferência” propriamente dita — termo que abrange, aliás, o congresso, o simpósio, o seminário, o comício, a missa, o debate parlamentar e outros formatos afins, incluindo as sessões de um julgamento num tribunal internacional, as sessões diárias de organismos internacionais como o parlamento europeu, a O.N.U, a U.N.E.S.C.O, a Organização Mundial do Trabalho e muitos mais, aos quais os Surdos querem ter acesso em igualdade linguística com os cidadãos ouvintes.

E.7.— Tão ou mais importante — e hoje muito mais frequente em virtude das evoluções verificadas na situação das comunidades Surdas dos países da União Europeia e de outros espaços geopolíticos onde vigoram regimes de democracia representativa (e.g. EUA, Canadá, Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Japão) — é o facto da chamada interpretação de conferência ser na, prática quotidiana (e sê-lo-á cada vez mais) um sinónimo de interpretação no contexto do ensino secundário e do ensino superior, universitário e politécnico.

E.8.— O mesmo se aplica a outros contextos também eles geradores permanentes de um grande número e diversidade de registos discursivos. A programação das televisões generalistas é disso o exemplo mais flagrante, pela variedade dos registos discursivos que proporciona (do debate contraditório à entrevista, dos serviços noticiosos à reportagem, do documentário aos espectáculos de entretenimento, etc), se houver a preocupação de os tornar plenamente acessíveis às pessoas Surdas.

4.2. Realização do Curso

4.2.1. Estrutura e duração do curso

O curso está estruturado em duas "etapas" (fases) de diferente duração, a cada uma das quais corresponde um desenho curricular distinto, um grau académico diferente e um perfil de competências diferenciado.

— **primeira fase:** com a duração de três anos, conferindo o grau de bacharel, comprovativo de formação suficiente para o acesso à profissão de intérprete de LGP no quadro da lei em vigor (lei nº 89/99).

— **segunda fase:** com a duração suplementar de dois anos, conferindo o grau de licenciado, comprovativo de formação avançada adequada ao exercício, no mesmo quadro legal, da profissão de intérprete de LGP, designadamente quando a este exercício corresponder a mobilização, nos seus graus mais elevados de proficiência, das competências necessárias ao desempenho das missões de intérprete de conferência — nomeadamente no que diz respeito ao seu domínio das línguas de trabalho, à sua flexibilidade cognitiva e à sua cultura enciclopédica.

4.2.2— Implementação do Curso

A. Contextualização da evolução do curso de bacharelato para licenciatura.

a.1. — O bacharelato de Tradução-Interpretação de LGP da ESE de Setúbal foi homologado pelo ministério da tutela em Junho de 1997. Depois dessa data registaram-se rápidos e notáveis avanços legislativos que transformaram consideravelmente os horizontes da Comunidade Surda Portuguesa, razão de ser tanto deste curso como daquelas medidas legislativas, determinando a pertinência e a oportunidade de evolução deste curso de um bacharelato para uma licenciatura em dois ciclos.

a.2.— As medidas legislativas a que nos referimos já foram mencionadas na secção B.2, nas suas alíneas 4, 5, 6, e 7.

B.— Perfil profissional visado

B.1— primeira fase: *bacharelato*

Em conformidade com o “Perfil profissional do Intérprete de LGP”, pretende-se que o estudante que complete a primeira fase deste curso:

(a) — Disponha de um cultura geral adulta e amadurecida e de uma consciência deontológica exigente que lhe permita compreender, problematizar e ajustar a sua relação com o mundo que o rodeia e com a profissão que exerce.

(b) — disponha de sólidos conhecimentos científicos das suas duas línguas de trabalho — *Língua Portuguesa (LP)* e *Língua Gestual Portuguesa (LGP)* — e de uma efectiva competência comunicativa, tanto na enunciação como na compreensão do discurso nestas línguas, que lhe permitam traduzir e interpretar com correcção e espontaneidade.

(c) — seja capaz de realizar eficazmente interpretação simultânea e interpretação consecutiva em vários registos de discurso, tanto coloquial como soliloquial.

(d) — seja capaz de participar numa reunião profissional ou social ou numa aula do ensino básico que coloque em presença falantes da LP e falantes da LGP, assegurando a comunicação entre uns e outros nas suas respectivas línguas.

(e) — seja capaz de proporcionar um acompanhamento personalizado aos surdos falantes de LGP que recorram aos seus serviços para assuntos do seu quotidiano (deslocação a um hospital, repartição pública, consultório médico, agência de emprego, escola, etc).

(f) —adquira sólidos conhecimentos práticos e científicos de uma língua estrangeira (LE) que lhe permitam: (i) utilizar esse idioma para a sua autoformação como profissional e pessoa informada, (ii) vir a incluir essa língua nas suas línguas de trabalho.

(g) — esteja preparado, se assim o desejar, para prosseguir os seus estudos no 2º ciclo do curso.

B.2 — segunda fase: *licenciatura*

B.2.1—A segunda fase do curso, conducente ao grau de licenciado, pressupõe as competências listadas no número anterior. A 2ª fase destina-se a proporcionar aos estudantes as condições curriculares que lhes permitam adquirir os saberes e aptidões necessárias ao desempenho das funções de intérprete de conferência, muito em particular no contexto do ensino secundário e do ensino superior. É sobretudo nesse contexto multifacetado (sala de aula, anfiteatro, laboratório, reunião de alunos, etc) e multidisciplinar (Ciências, Letras, Artes, Desporto, etc) que o intérprete é — e será cada vez mais, espera-se — chamado a intervir aos serviço dos alunos surdos (e dos seus professores) para assegurar a comunicação mútua em paridade de condições.

B.2.2— Assim, pretende-se que o/a intérprete de LGP que complete a 2ª fase do curso:

(h) —disponha de uma cultura histórica-social, artístico-literária, tecnológica-científica muito ampla, por forma a habilitá-lo a uma compreensão efectiva da diversidade de textos e registos de discurso com que se confrontará no exercício das suas funções de intérprete de conferência.

(i) — desenvolva a sua competência comunicativa numa L.E (língua estrangeira) por forma a poder intervir em contextos internacionais.

(j) — seja capaz de realizar eficazmente tanto interpretação simultânea como consecutiva em contexto de conferência e de sala de aula.

(l) — seja capaz de proporcionar um acompanhamento personalizado às pessoas surdas falantes de LGP (com particular destaque para os alunos e professores surdos do ensino superior) que necessitem dos seus serviços nesses contextos.

C.— Plano de estudos

O plano de estudos decorre do perfil de competências exposto nos pontos B.1 e B.2 e está organizado do seguinte modo:

c.1— As duas áreas específicas nucleares do curso, *Língua Gestual Portuguesa* (LGP) e *Teoria e Prática da Tradução e Interpretação* (TPTI), são ambas anuais e desenvolvem-se ao longo dos cinco anos do curso.

c.2— A área de *Linguística* apoia o trabalho nas duas áreas nucleares (LGP e TPTI) . Esta área é introduzida, no primeiro ano, em termos gerais (*Introdução à Linguística*), desenvolve-se ao longo dos 3 anos seguintes com uma incidência particular em cada uma das línguas principais do curso (*Linguística Portuguesa* [I, II e III] e *Linguística da LGP* [I, II e III]) com uma duração semestral para cada uma delas, e finaliza com uma perspectiva contrastiva da estrutura das duas línguas (*Linguística Comparada*).

c.3 — *História e Cultura da Comunidade Surda; Audição, Visão e Surdez*, e *Ética e Deontologia (I e II)*, são também unidades curriculares específicas deste curso. Têm uma duração semestral e, com excepção da última, ocorrem apenas uma vez ao longo do curso.

c.4 — As duas outras áreas de língua — *Língua e Cultura Portuguesa* (LCP) e *Língua e Cultura Estrangeira* (LCE) — são anuais e desenvolvem-se a primeira ao longo de 4 anos, a segunda ao longo de 5 anos.

c.5 — O curso compreende *dois estágios*, ambos anuais, um no último ano do 1º ciclo (3º ano), outro no último ano do 2º ciclo (5º ano).

c.6 — o curso tem *dois Seminários*, ambos no 2º ciclo. O primeiro, denominado de *Seminário Interdisciplinar* (4ºano), destina-se a sistematizar e aprofundar os saberes decorrentes do objectivo (B.2.2.h). O segundo seminário, denominado *Seminário de Projecto* (5ºano), destina-se a discutir, acompanhar e supervisionar o trabalho individual de tradução-interpretação que os alunos terão de realizar como requisito indispensável de formatura — um projecto que simultaneamente seja socialmente útil, ponha à prova os seus conhecimentos e constitua um desafio a si próprios.

c.7 — As restantes unidade curriculares são unidades de formação geral comuns a todos os cursos desta ESE (designadas por "tronco comum") e unidades de formação complementar. Entre as últimas incluem-se as unidades de *Educação Física* e de *Expressão Dramática*, cujos conteúdos programáticos foram adaptados de molde a servir as necessidades especiais dos futuros intérpretes de LGP, língua cujo exercício funcional faz apelo (tal como sucede em qualquer das suas congéneres) a habilidades sensorio - motoras bem diferentes e a modalidades de expressão e expressividade facial e corporal mais exigentes do que aquelas que são naturalmente exercitadas na LP (ou de qualquer das suas congéneres).

c.8 — Por último, existem ainda (tal como sucede nos demais cursos da ESE) unidades ditas de opção (visto que são escolhidas pelos alunos num elenco oferecido por todos os cursos da ESE/Set), destinadas a integrar no currículo um espaço de autonomia considerado desejável em qualquer curso superior.

4.2.3. — Metodologias de acção pedagógica

A.— No contexto da ESE

As metodologias variam segundo as unidades curriculares. A título de exemplo, mencionam-se seguidamente aquelas que são utilizadas nas disciplinas específicas deste curso.

a.1— Nas unidades curriculares de **LGP**, utilizam-se todas as estratégias de ensino de uma língua segunda, com particular destaque para a conversação, a descrição de ambientes, o relato de acontecimentos, a narrativa a partir de imagens, o reconto, a simulação, a demonstração, o treino de memorização de unidades lexicais e expressões idiomáticas.

a.2 — Nas unidades curriculares de **TPTI**, utilizam-se todas as técnicas e modalidades de tradução e interpretação: simultânea e consecutiva, de texto escrito para texto gestual, de texto gestual para texto oral, de texto gestual para texto oral, com particular destaque para o trabalho de laboratório audiovisual (demonstrações e simulações filmadas, auto-correcção de erros, glosas, correcção supervisionada), apoiadas pela exposição teórica de problemas de tradução.

a.3 — Nas unidades curriculares de **Linguística** e na unidade curricular de **História e Cultura da Comunidade Surda**, utilizam-se essencialmente a prelecção, a discussão com a turma toda, a discussão em pequenos grupos, a sabatina, o questionário, a entrevista, o painel integrado, o seminário e a investigação dirigida.

a.4—Na unidade curricular de **Audição, Visão e Surdez**, utilizam-se essencialmente a prelecção ou o depoimento por um conjunto de convidados especialistas, a leitura de textos de apoio e o relatório.

a.5 — Nas unidades curriculares de **Ética e Deontologia (I e II)** utilizam-se a prelecção, o estudo de caso, o processo do incidente, a discussão de dilemas e a dramatização.

a.6— Nas unidades curriculares **Seminário Interdisciplinar** e **Seminário de Projecto**, utilizam-se, tal como seu nome indica, a metodologia do seminário, combinada, no segundo caso, com a de trabalho de projecto.

a.7— Ainda no contexto da ESE/set, cumpre mencionar a organização anual, no mês de Novembro, da “*Semana (e do dia) da LGP*”. Esta iniciativa, a cargo dos alunos, destina-se a divulgar à comunidade escolar, através de vários meios ao seu alcance (cartazes, exposições, vídeos, “T-shirts”, tómbolas) as iniciativas que a Comunidade Surda organiza para celebrar a sua língua, aumentar a consciência do público em geral para sua existência como minoria linguística e para as suas várias facetas específicas (nelas se incluindo a questão da educação e ensino bilingue [LGP+LP] e o importante papel que desempenham os intérpretes de LGP na vida quotidiana das pessoas Surdas).

B.— No contexto da Comunidade Surda

b.1— Para encorajar o entrosamento dos alunos com a Comunidade Surda adoptou-se, desde o início deste curso, a prática de leccionar as unidades de LGP, de TPTI e de Linguística, uma vez por semana (**6ª feira**) nas sedes da Associação Portuguesa de Surdos, em Lisboa, pagando o passe social aos alunos residentes no distrito de Setúbal para a sua deslocação a Lisboa.

b.2 — Este dia foi escolhido por ser o dia da semana de trabalho em que os membros da comunidade surda afluem em maior número às suas associações para actividades de convívio, a partir das 17 horas. Os alunos são, por isso, encorajados a ficarem depois das aulas nas associações e a participarem dessas actividades. Por outro lado, sendo a 6ª feira um dia normal de trabalho, é também um dos dias em que decorrem, durante a manhã e a tarde, nos mesmos locais, os cursos de formadores (surdos) de LGP organizados pela APS.

b.3 — Desta feita, em ambos os casos, esta iniciativa visa propiciar aos alunos deste curso múltiplas ocasiões de convívio com membros da Comunidade Surda Portuguesa de ambos os sexos e de diversos escalões etários e profissões e, concomitantemente, a prática da LGP com os seus falantes habituais.

C.— No contexto da profissão

c.1 — Os estágios (no 3º e 5º anos) são organizados tendo em vista propiciar aos alunos um conhecimento directo, pelo menos, dos locais mais prováveis do seu exercício profissional: as escolas da rede pública com “Unidades de Apoio aos Alunos Surdos” (UAAS) e as Associações de Surdos.

c.2 — Para a organização dos estágios nas escolas temos contado com a colaboração das Direcções Regionais de Educação do Ministério da Educação, dos conselhos directivos das escolas com UAAS e com a cooperação graciosa dos intérpretes que nelas exercem a sua profissão. Para a organização dos estágios nas associações de surdos temos contado com a colaboração das Associações de Surdos, com particular destaque para a APS.

D.— No contexto internacional

d.1— Além dos estágios, os alunos deste curso têm beneficiado de experiências pré-profissionais e semi-profissionais (e.g., acampamentos, colónias de férias e visitas de estudo) no país e no estrangeiro.

d.2 — No que toca ao estrangeiro, mencionam-se as que ocorreram na Itália, na Áustria, nos EUA e na Suécia. Algumas destas experiências internacionais foram organizadas por iniciativa dos próprios alunos (EUA); outras ocorreram sob o patrocínio e com a colaboração da Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (Itália e Áustria) com fundos angariados pelos alunos durante as “semanas da LGP” (cf.

4.2.3/a.7), e outras ainda ocorreram sob o patrocínio directo da ESE, com financiamento e apoio logístico proporcionados pelo programa Erasmus (Suécia).

4.2.4. Trabalho científico associado

a. Generalidades

— Como é bem sabido, a actividade docente no ensino superior exige dos seus agentes um esforço constante para se manterem a par dos desenvolvimentos que ocorrem nas suas respectivas áreas de ensino, além de um investimento específico em actividades extra-curriculares a elas ligadas. Mencionam-se, em seguida, a título ilustrativo, alguns exemplos sobre o modo como esse esforço e essas actividades têm sido prosseguidas relativamente aos docentes das unidades curriculares que formam o núcleo específico do curso de Tradução-Interpretação de LGP.

b. Actividades de investigação

— Os docentes de LGP, TPTI, Linguística da LGP, Linguística da LP e outras unidades curriculares específicas do curso de licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP, apoiam-se, no seu ensino, na literatura internacional disponível sobre a linguística das línguas gestuais e das línguas vocais, sobre a didáctica das línguas gestuais e sobre a didáctica da tradução-interpretação destas línguas, mas também nos resultados das suas próprias actividades de investigação.

— Assim, José H. M. Bettencourt e José M. Catarino Soares desenvolvem em parceria, desde 1993, um vasto programa de investigação sobre a estrutura cognitiva e signitiva do arquissistema da LGP com vista à elaboração de uma gramática científica deste idioma. O primeiro tomo desta gramática entrará no prelo em 2006.

— Estes dois docentes são membros da *Association Internationale de Psychomécanique du Langage/International Psychomechanics of Language Association*, em cujas actividades científicas participam.

— José M. Catarino Soares é membro da *Équipe d'Accueil 3418 (Langues Romanes)* e do *Séminaire sur les langues romanes* da Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, ambos dirigidos pelo professor Alvaro Rocchetti. A tarefa específica que lhe incumbe nesse âmbito consiste na descoberta e descrição da estrutura cognitiva do arquissistema da Língua Portuguesa, e, nesta fase, da estrutura cognitiva do seu sistema verbo-temporal.

— Maria José F. D. de Almeida desenvolve actualmente, no âmbito do mestrado de Didáctica das Línguas (especialidade Português como língua não-materna) organizado em parceria pela Universidade de Aveiro e a ESE de Setúbal, um projecto de investigação entitulado *A criança surda e o desenvolvimento da literacia*.

— Esta docente é membro fundador da AILP (Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa) e membro da Associação internacional CODA (Children of Deaf Adults).

c. Promoções e distinções

— José H. M. Bettencourt recebeu, em 1996, da Comunidade Surda Portuguesa, o título honorífico de “Mestre no Ensino e Investigação Linguística da LGP”, distinção concedida pela primeira vez (e única, até à data) a um dos seus membros.

— José Manuel Catarino Soares foi promovido, em 2003, a professor-coordenador do Departamento de Línguas da ESE do IPS, na sequência de provas públicas realizadas no âmbito de um concurso aberto para preenchimento de uma vaga nesta categoria na disciplina de “Linguística da LGP”.

— Fizeram parte do júri deste concurso, entre outros, dois especialistas das línguas gestuais e da educação das pessoas surdas, os professores doutores Bencie Woll e Robert Hoffmeister — aquela Chair Professor of Sign Language and Deaf Studies no Department of Language and Communication Science da City University of London, Reino Unido; este Associate Professor na Boston University, EUA, onde dirige o Center for the Study of Communication and the Deaf, o Graduate Program in American Sign Language/Deaf Studies, o Graduate Program in Education of the Deaf, e o Undergraduate Program in Deaf Studies.

d. Actividades conexas

d.1 — Em 1997, José Catarino Soares e José Bettencourt integraram a comissão organizadora do Congresso Internacional *Os Surdos olhando o Futuro no Limiar do Terceiro Milénio*, promovido pela APS no auditório da Torre do Tombo em Lisboa.

d.2 — Este congresso teve como convidado de honra o pioneiro da linguística das línguas gestuais William C. Stokoe (professor jubilado da Gallaudet University, Washington D.C, entretanto falecido) e contou também com a participação, entre outros, de *Harlan Lane*, Mathews University Distinguished Professor da Northeastern University, em Boston, EUA, e *Robert Hoffmeister*, já referido. Maria José F. D. de Almeida e Ana Silva (ex-aluna do curso de Tradução-Interpretação de LGP da ESE/Set-Universidade de Bristol) asseguraram a tradução para LGP das comunicações dos oradores estrangeiros.

d.3. — Em 2000, Maria José F. D. de Almeida elaborou o manual "*A Comunidade Surda Portuguesa: sua Língua e sua Cultura*" para a Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, destinado a acções de formação e sensibilização organizadas por esta associação para a Câmara Municipal de Lisboa.

d.4 — Em 2003, José Catarino Soares organizou — com João Alberto Ferreira (presidente da APS), Hélder Duarte (presidente da Liga portuguesa de Desportos para Surdos); Maria Helena R. Alves (psicóloga clínica e docente da Licenciatura em Reabilitação e Inserção Social do Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa); e Teresa Silva (psicóloga) — o Simpósio internacional *Do Gesto à Escrita — num Contexto Bilingue de Educação da Pessoa Surda*, no auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

d.5 — Participaram neste Simpósio, entre outros, os doutores *Bencie Woll*, *Robert Hoffmeister*, *Vassili Kourbetis* (conselheiro para a Educação Especial no Instituto Helénico de Pedagogia e ex-director do Instituto Nacional para Surdos, Grécia), *Maria*

del Pilar Fernández-Viader (professora catedrática na Faculdade de Psicologia da Universidade de Barcelona, Directora del Posgrado Especializacion en Comunidade Surda e Directora del Master de Interpretation de la Lengua de Signos Catalana), *Danielle Bouvet* (investigadora aposentada do CNRS, Unité Mixte de Recherches sur les Interactions Communicatives, Université Lumière-Lyon 2, França), *Hildo Honório do Couto* (professor titular do departamento de Linguística da Universidade de Brasília, Brasil) e *Maria Augusta Amaral* (Directora Pedagógica do Instituto Jacob Rodrigues Pereira, Portugal). *Maria José F. D. de Almeida* e *Ana Silva* asseguraram a tradução para LGP das comunicações dos oradores estrangeiros.

e. Comunicações

Das comunicações apresentadas durante o período abrangido por este relatório de avaliação (1997-2004) destacamos:

— *O serviço de intérprete da LGP na Educação.* (1997). Maria José F. D. Almeida. Comunicação apresentada no 1º Encontro de Estudantes Surdos da Região Centro. APS. Coimbra.

— *Os classificadores da LGP.* (1997). José M. Catarino Soares & José H. M. Bettencourt. Comunicação apresentada no Congresso Internacional “Os Surdos olhando o futuro no limiar do terceiro milénio”. APS. Lisboa

— *Quais as funções dos intérpretes de LGP...Quais os seus Limites?* (1998). Maria José F.D. de Almeida. Comunicação apresentada na conferência "O Direito à Igualdade de Oportunidades dos Surdos". APS. Leiria.

— *Ecologia institucional de um programa de educação bilingue da pessoa surda.* (1999). José M. Catarino Soares. Comunicação apresentada no 2º Seminário "Communicare — a comunicação em contexto educativo". APECDA. Porto.

— *Formação de intérpretes de LGP: três gerações* (2000). Maria José D. F. de Almeida. Comunicação apresentada no seminário "Os formadores e os intérpretes de LGP". APS. Lisboa.

— *Cronologia nocional dos verbos da LGP* (2001). José M. Catarino Soares & José H.M. Bettencourt. Comunicação apresentada no Colóquio “Língua Gestual Portuguesa”. APS. Lisboa

— *Uma minoria linguística: a Comunidade Surda Portuguesa* (2002). José M. Catarino Soares. Comunicação apresentada ao Colóquio "Minorias culturais portuguesas". Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação – Porto.

— *Formação de Intérpretes de LGP: passado, presente e futuro* (2003). Maria José F. D. de Almeida. Comunicação apresentada na Conferência "A Comunidade Surda Portuguesa e a Língua Gestual". APS. Lisboa.

— *La phrase dans la LGP (Langue des Signes Portugaise).* (2003). José M. Catarino Soares & José H.M. Bettencourt. Comunicação apresentada no "Xème Colloque de l’

Association Internationale de Psychomécanique du Langage. Oloron-Sainte-Marie. França

—*A LGP na Escola: educação bilingue de crianças e jovens surdos* (2004). Maria José F.D. de Almeida. Comunicação apresentada no Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística. Setúbal.

— *Chronogenèse du verbe portugais*. (2004). José M. Catarino Soares. Comunicação apresentada no "Séminaire sur les langues romanes", Université de la Sorbonne Nouvelle- Paris III.

4.3 – RECURSOS DISPONÍVEIS

4.3.1. RECURSOS HUMANOS

A equipa docente do Curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, no ano lectivo de 2002/2003, foi constituída por 16 elementos. Seis docentes tinham o grau de Mestre, sete de Licenciatura e três possuíam, na altura, outras habilitações (Quadro 4.3.1.1.).

4.3.1.1. Habilitação académica.

	Nº	%
Licenc.	7	43,8%
Mestrado	6	37,5%
Outra	3	18,8%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Assim, verifica-se que cerca de 1/3 do corpo docente afecto a este curso, designadamente 37,5% dos docentes possuem um Mestrado. 43,8% dos docentes são licenciados. Os restantes três: um tem um *Bachelor* em *Social Science*, outro, um DESE em Teatro e Educação e o terceiro é um elemento de destaque na comunidade surda, cuja formação se realizou numa universidade para surdos americana: a *Gallaudet University* em Washington.

4.3.1.2. Curso de formação que frequenta.

	Nº	%
Mestrado	4	25,0%
Doutoram	2	12,5%
Não Resp.	10	62,5%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Verifica-se que existem seis docentes em formação pós graduada: 2 em doutoramento e 4 em Mestrado, o que corresponde a uma percentagem de 37,5%. Verifica-se, assim, uma tendência crescente para a valorização académica dos docentes afectos a este curso.

O quadro 4.3.1.3. descreve a opinião dos docentes relativamente às condições que lhes são oferecidas para participarem em actividades de formação, onde 56,3% dos docentes do curso classificam essas condições no nível 3, numa escala entre 1 e 4.

4.3.1.3. Condições para participar em actividades de formação.

	Nº	%
1	2	12,5%
2	1	6,3%
3	9	56,3%
4	2	12,5%
Não Resp.	2	12,5%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Já no que diz respeito às condições oferecidas para actividades de investigação a apreciação feita pelos docentes é mais negativa, como se pode ver no quadro 4.3.1.4. Os níveis mais baixos são indicados por 10 dos docentes: 25% nível 1 e 37,5% nível 2.

4.3.1.4. Condições oferecidas para actividades de investigação.

	Nº	%
1	4	25,0%
2	6	37,5%
3	3	18,8%
4	1	6,3%
Não Resp.	2	12,5%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

De facto o tempo considerado disponível pelos docentes para realizarem actividades de investigação é considerado muito pouco, tendo em conta o tempo dispendido noutras actividades para as quais são solicitados pela escola, como se pode ver no quadro seguinte.

4.3.1.5. Compatibilidade tempo exigido – diferentes actividades.

	Nº	%
1	3	18,8%
2	4	25,0%
3	7	43,8%
4	1	6,3%
Não Resp.	1	6,3%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Quanto à distribuição dos docentes do curso por categorias profissionais verifica-se que dois são professores coordenadores sem agregação; dois professores são adjuntos, um deles equiparado, sete são assistentes de 2º triénio e cinco de 1º triénio.

Realça-se um número elevado de professores do curso no regime de dedicação exclusiva (14), o que permite concluir que existem boas condições para um forte empenhamento por parte destes docentes.

O próximo quadro é alusivo à idade do corpo docente. Verifica-se que mais de metade (56,3%) encontra-se na faixa etária correspondente aos 36-50 anos, e 31,3% encontra-se na faixa de + de 50. Poderemos, assim, constatar nos quadros seguintes, um corpo docente que revela algum amadurecimento pessoal e profissional. De facto, metade dos professores (50%) trabalha há mais de seis anos nesta escola (quadro 4.3.1.7.) e, dos restantes, 7 (43,8%) têm uma experiência acumulada de 2 a 6 anos, o que reforça o carácter de alguma estabilidade do corpo docente do curso como se referiu atrás. É também um corpo docente com uma experiência profissional significativa, já que 43,8% dos professores são-no há mais de 15 anos e outros 43,8% têm entre 7 e 15 anos de experiência docente (quadro 4.3.1.8.).

4.3.1.6. Idade.

	Nº	%
Até 35	2	12,5%
36 a 50	9	56,3%
+ de 50	5	31,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.1.7. Antiguidade docente na ESE.

	Nº	%
- de 2	1	6,3%
2 a 6	7	43,8%
+ de 6	8	50,0%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.1.8. Antiguidade actividade docente.

	Nº	%
- de 2	1	6,3%
2 a 6	1	6,3%
7 a 15	7	43,8%
+ de 15	7	43,8%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Estes factores (experiência de ensino e experiência na instituição) têm sido valiosos contributos para o nível do rendimento e motivação da equipa docente, uma vez que se conjugam consistência científica e técnica e estabilidade, características necessárias a uma concretização adequada dos objectivos formativos do curso.

A distribuição dos docentes é predominante no Departamento de Línguas e no de Comunicação (Quadro 4.3.1.9.), o que é compreensível tendo em conta tratar-se de um curso de tradução de língua gestual portuguesa em que os aspectos linguísticos, sociais, humanos e relacionais estão intrinsecamente ligados e desempenham um papel fundamental no sucesso escolar e futuro profissional destes alunos.

Devido à especificidade da língua gestual portuguesa, existe um núcleo de professores mais directamente ligados ao curso e cuja vivência pessoal, experiência profissional e dedicação à investigação nesta área se tem manifestado essencial para o seu bom funcionamento.

4.3.1.9. Departamento.

	Nº	%
Artes Plásticas	1	6,3%
Ciências da Educação	1	6,3%
Ciênc., Multicult. e Desen.	1	6,3%
Comunicação	4	25,0%
Desporto	1	6,3%
Línguas	7	43,8%
TIC	1	6,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Quanto à distribuição do local de residência dos docentes do curso, verifica-se que 50% residem no concelho de Setúbal e 18,8% no distrito de Setúbal o que não deixa de ser um indicador de conhecimento e de proximidade com a escola e os seus objectivos. No entanto, a natureza do curso, pela sua singularidade, torna-o mais abrangente, tendo em conta que a escola recebe alunos de todo o país, que a procuram especificamente para este curso.

4.3.1.10. Concelho de residência.

	Nº	%
Concelho Setúbal	8	50,0%
Conc. Distrito Setúbal	3	18,8%
Conc. Distrito Lisboa	5	31,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

É de destacar o protocolo de colaboração existente com a Associação Portuguesa de Surdos que tem permitido um intercâmbio enriquecedor da formação dos alunos e o seu contacto directo com a realidade da comunidade surda com a qual virão a trabalhar. Este intercâmbio tem como objectivo complementar a formação académica do aluno, possibilitando o confronto entre a teoria e a prática e o contacto com situações reais e a possibilidade de utilizarem a língua gestual portuguesa em contextos diversificados e enriquecedores das aprendizagens realizadas no curso.

Relativamente ao pessoal não docente em serviço na escola verifica-se a sua distribuição por 24 categorias profissionais diferentes ¹ e que apoiam genericamente todos os cursos da escola. No caso concreto do curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, existe um relacionamento directo com os serviços de audiovisuais do Centro de Recursos Educativos da escola.

A apreciação geral quanto ao desempenho das suas funções e, mais concretamente, no que diz respeito ao apoio dado aos docentes e alunos é muito favorável. Por um lado, e relativamente ao seu relacionamento com os docentes (quadro 4.3.1.11.), a grande maioria situa-o nos níveis 3 (37,5%) e 4 (37,5%). Por outro lado, 50% dos alunos inquiridos, classificam o seu relacionamento com os funcionários no nível 3 (quadro 4.3.1.13.), o que denota um grau de satisfação menor em relação ao dos professores, mas que se pode considerar aceitável.

Também os professores do curso classificam o apoio dado pelos serviços às suas funções docentes nos níveis 3 e 4 (quadro 4.3.1.12.) num total de 75%.

4.3.1.11. Apreciação relacionamento entre docentes e funcionários.

	Nº	%
1	2	12,5%
2	2	12,5%
3	6	37,5%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.1.12. Apoio dos serviços administrativos às funções docentes.

	Nº	%
1	1	6,3%
2	3	18,8%
3	6	37,5%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.1.13. Apreciação relacionamento entre alunos e funcionários.

	Nº	%
2	4	33,3%
3	6	50,0%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

¹ Volume II - Anexos, pp. 29 - 30

Ainda sobre o pessoal não docente é de salientar a sua formação académica, já que mais de metade tem o 12º ano ou nível superior, além da sua participação significativa em acções de formação ².

4.3.2. INSTALAÇÕES

De seguida encontramos a descrição e distribuição dos espaços da escola com a indicação da respectiva utilização.

Designação dos Espaços	Área Útil (m2)	nº salas	nº lugares
Áreas p/ Ensino			
Salas de aula	754,7	16	405
Anfiteatro	156,7	1	120
Laboratórios de ensino	101,4	1	30
Salas de apoio laboratórios	15,3	1	3
Oficinas p/ ensino	35,5	3	18
Sala de Informática	61,4	1	30
Sala de Desenho	103,6	1	30
Sala de Música	50,4	1	26
Sala de Movimento e Drama	86,6	1	15
Ginásio	341	1	20
Áreas Apoio ao Ensino			
Biblioteca	273,5	8	70
Reprografia		1	8
Centro de Informática	48,8	2	18
Audiovisuais	135,5	6	48
Oficina Pedagógica	33,6	2	34
Livraria	17,6	1	1
Direcção / Serviços			
Secretarias	108,1	3	12
Contabilidade	21,2	1	3
Arquivos	163,1	25	
Gabinetes	94,8	4	5
Áreas p/ Docentes			
Gabinetes p/ Docentes	399,4	26	75
Salas de reuniões e convívio	50,4	1	35
Áreas de apoio			
Armazéns gerais	216	2	
Cozinha	93,9	4	
Associação de estudantes	53,1	1	10
Bares / Snacks	209,2	1	120
Lavabos, c banho, balneários	208,8	23	
Corredores	1136,5		
Átrios	403,2		
Escadas e Elevadores	81,8		

² Volume II – Anexos, p.30'

Para além de se utilizarem os espaços comuns da escola e as salas de aula disponíveis para todos os cursos, as actividades lectivas do curso de Tradução e Interpretação de LGP decorrem frequentemente nas instalações audiovisuais do Centro de Recursos da Escola, devido à especificidade do curso que utiliza o estúdio para a gravação áudio e vídeo de exercícios e avaliações de tradução de LGP (Língua Gestual Portuguesa) para LP (Língua Portuguesa) e de LP para LGP.

Independentemente do grande empenho e profissionalismo dos colaboradores técnicos dos serviços audiovisuais, que têm acompanhado sempre que necessário o desenrolar do curso, não se pode deixar de referir a necessidade premente da criação de um laboratório de línguas devidamente equipado, reclamado pelo curso desde a sua fundação.

O curso de tradução e interpretação de Língua Gestual Portuguesa, necessita, como já foi referido, de desenvolver um grande trabalho prático com o apoio de meios audiovisuais que permita aos alunos a prática, análise e reflexão dos produtos realizados nas gravações. A não existência de um laboratório de línguas onde os alunos possam desenvolver este trabalho autonomamente limita em tempo e qualidade o trabalho realizado, que assim se reduz aos tempos lectivos e fora destes à pouca disponibilidade dos meios existentes que também são utilizados pelos alunos dos outros cursos.

Esta insuficiência de espaços próprios e especificamente adequados ao curso reflecte-se na avaliação feita pelos alunos (quadro 4.3.2.1.) que optaram em 66,7% pela classificação de 2, numa escala de 1 a 4.

4.3.2.1. Adequação dos espaços para os alunos existentes.

	Nº	%
1	2	16,7%
2	8	66,7%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

A qualidade das salas acolhe uma apreciação mais satisfatória, apesar de não atingir a classificação máxima, nem por parte dos alunos, nem por parte dos professores. 62,5% dos professores atribui a classificação 3 (quadro 4.3.2.2.), enquanto que os alunos optam 41,7% por 2 e 41,7% pelo 3 (quadro 4.3.2.4.). A apreciação dos professores por disciplina é um pouco mais crítica havendo 23,1% que escolhem a classificação 2 e 53,8% a 3 (quadro 4.3.2.3.).

4.3.2.2. Qualidade das salas de aula em que lecciona.

	Nº	%
2	3	18,8%
3	10	62,5%
4	3	18,8%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.2.3. Características das salas de aula em que lecciona.

	Nº	%
1	2	7,7%
2	6	23,1%
3	14	53,8%
4	3	11,5%
Não Resp.	1	3,8%
Σ	26	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.2.4. Qualidade das salas de aula.

	Nº	%
2	5	41,7%
3	5	41,7%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

Há, no entanto, que ter em conta que a avaliação da qualidade das salas é feita globalmente por todos os docentes do curso, não se podendo esquecer que nem todos têm as mesmas necessidades de utilização das mesmas. Tem sido reclamado, sobretudo pelos docentes de LGP e tradução, um melhor equipamento de vídeo a colocar numa sala específica para o curso, pois uma grande parte do trabalho de reflexão e análise sobre os trabalhos produzidos pelos alunos necessita de um equipamento de vídeo de qualidade razoável, que não se encontra nos equipamentos habitualmente instalados nas salas de aula.

Por outro lado, os espaços reservados aos docentes são considerados em 75% dos casos como sendo razoáveis, obtendo a classificação de 3.

4.3.2.5. Adequação dos espaços de trabalho dos docentes.

	Nº	%
1	2	12,5%
2	1	6,3%
3	12	75,0%
4	1	6,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

De um modo geral os docentes consideram que o número de alunos é adequado o que se deve sobretudo ao rácio favorável existente para este curso, tanto numa apreciação global (quadro 4.3.2.6.) como por disciplinas (quadro 4.3.2.7.).

4.3.2.6. Adequação do nº de alunos por turma.

	Nº	%
2	2	12,5%
3	10	62,5%
4	4	25,0%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.2.7. Adequação do número de alunos por turma.

	Nº	%
2	1	3,8%
3	14	53,8%
4	11	42,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	26	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.3. EQUIPAMENTOS

Recuperando o que foi dito no ponto anterior, o equipamento não sendo considerado o ideal, atinge uma classificação de 3 em 37,5% e de 2 em 25% dos casos. A insatisfação quanto à adequação do equipamento, por parte de alguns docentes, fica diluída pelo facto de o conjunto dos restantes docentes fazer dele uma utilização menos específica e menos exigente. Como foi dito as disciplinas de LGP e Tradução são aquelas que necessitam de um equipamento de melhor qualidade que permita incrementar e rentabilizar o trabalho a desenvolver com os alunos através dos meios audiovisuais na produção de exercícios de visualização, análise e reflexão, tanto nos momentos de prática como de avaliação.

4.3.3.1. Acesso a equipamentos e meios audiovisuais.

	Nº	%
1	1	6,3%
2	4	25,0%
3	6	37,5%
4	5	31,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

No seu conjunto, os alunos consideram, benevolmente, o acesso a estes equipamentos de razoável em 66,7%, mas 33,4% atribuem uma classificação negativa de 1 e 2.

4.3.3.2. Acesso a equipamentos e meios audiovisuais.

	Nº	%
1	2	16,7%
2	2	16,7%
3	8	66,7%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

Quanto ao acesso a equipamentos e meios informáticos os professores revelam um maior grau de satisfação com 43,8% no nível 3, e 37,5% no nível 4, enquanto que os alunos demonstram alguma insatisfação no acesso a estes meios com 12,5% no nível 2 e 43,8% no nível 3.

4.3.3.3. Acesso a equipamentos e meios informáticos.

	Nº	%
1	1	6,3%
2	2	12,5%
3	7	43,8%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.3.4. Acesso a equipamentos e meios informáticos.

	Nº	%
2	7	58,3%
3	4	33,3%
4	1	8,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

Os recursos bibliográficos para o curso de Tradução e Interpretação em LGP, não se podendo considerar excelentes são no entanto razoáveis, sobretudo pela actualização realizada durante o ano lectivo de 2002/2003 com a aquisição de alguns novos títulos (cerca de 20) que se vieram juntar a alguns títulos já existentes e a assinatura de uma revista internacional representativa da comunidade surda, a revista *News* da Federação Mundial de Surdos, que permitirá aos alunos manterem-se a par dos assuntos da actualidade directamente relacionados com a comunidade surda mundial.

Os docentes demonstram algum grau de satisfação, 37,5% no nível 3 e 50% no nível 4. Já os alunos revelam algum descontentamento com estes recursos, 33,3% apontam uma classificação de 2 e outros 33,3% apontam o nível 3. Esta apreciação pode dever-se em parte ao desconhecimento dos recursos existente, mas também ao facto de a aquisição dos títulos ter ocorrido gradualmente ao longo deste período, de acordo com a sua disponibilização no mercado, visto tratar-se na sua maioria de títulos estrangeiros.

4.3.3.5. Acesso a recursos bibliográficos.

	Nº	%
1	1	6,3%
2	1	6,3%
3	6	37,5%
4	8	50,0%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.3.3.6. Acesso a recursos bibliográficos.

	Nº	%
2	4	33,3%
3	4	33,3%
4	3	25,0%
Não Resp.	1	8,3%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

O material didático específico para este curso é escasso e na sua maioria produzido pelos próprios docentes, no entanto, mesmo considerando as dificuldades a classificação atingida é bastante positiva, como se pode verificar no quadro 4.3.3.7..

4.3.3.7. Disponibilidade do material didático.

	Nº	%
1	1	6,3%
3	9	56,3%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

4.4. RESULTADOS OBTIDOS

Apresenta-se neste ponto do relatório o modo como se organiza o processo de avaliação dos alunos neste curso. Indica-se as diferentes modalidades de frequência e de avaliação assim como as formas como estas se concretizam efectivamente. Os resultados obtidos pelos alunos nas diferentes disciplinas assim como outros indicadores de sucesso educativo serão aqui igualmente analisados. Ter-se-ão em conta as apreciações feitas, nos inquéritos, pelos docentes, alunos e diplomados, referentes a este aspecto da organização e do funcionamento do curso.

O funcionamento dos cursos da escola, nomeadamente no que se refere aos regimes de frequência e avaliação, rege-se de acordo com o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico que, no artigo 31.º – Liberdade de orientação e opinião científica – preconiza que “*o pessoal docente do Ensino Superior Politécnico goza de liberdade de orientação e de opinião científica na leccionação das matérias*”. Assim, e de acordo com o articulado, cada docente é responsável pela avaliação implementada na sua disciplina. Nesta instituição, são os professores (Coordenadores ou Adjuntos) que asseguram a orientação científica da leccionação e são responsáveis pelas formas de avaliação implementadas nas diferentes disciplinas.

Em cada ano lectivo, os vários Departamentos apresentam ao Conselho Científico a lista das disciplinas que lhes são distribuídas, os respectivos professores responsáveis assim como os que as leccionam. Este procedimento remete para os docentes das diferentes áreas científicas a responsabilidade do processo de avaliação de cada disciplina.

O funcionamento do Curso de Língua Gestual Portuguesa no que se refere aos regimes de frequência e avaliação dos alunos, tem como base o regulamento geral da Escola que abrange todos os seus cursos de formação inicial e complementar³. A primeira versão deste regulamento foi aprovada pelo Conselho Científico em 6 de Outubro de 1997, com base numa proposta do Conselho Pedagógico. A necessidade da sua adaptação a novas necessidades, decorrentes essencialmente de alterações legislativas, implicaram algumas alterações posteriores. Neste caso é de salientar o enquadramento legislativo das licenciaturas bi-etápicas e as implicações dos sucessivos encerramentos de cursos.

O Regulamento de Frequência e Avaliação estabelece um conjunto de normas relativas a aspectos essenciais do funcionamento dos cursos, como é o caso da regulação do estabelecimento do calendário e horários lectivos, da elaboração e divulgação de programas e sumários das disciplinas, dos regimes de frequência e de faltas, das condições de transição de ano, precedências e prescrições. São definidas as modalidades de avaliação possíveis e as normas relativas à avaliação dos alunos, incluindo a situação dos trabalhadores-estudantes e o direito dos alunos interporem recursos sobre a avaliação e classificação.

No regulamento de frequência são definidos dois regimes de frequência e avaliação:

- A avaliação contínua que pressupõe uma assistência regular às aulas.
- A avaliação por exame que é independente da presença regular nas aulas.

Os alunos podem optar por cada um destes regimes, exceptuando-se a situação de algumas disciplinas que exigem a presença regular dos alunos nas aulas e excluem total ou parcialmente a avaliação por exame. As disciplinas que exigem uma presença regular

³ Ver Anexos, p. 55 e seguintes

dos alunos nas actividades lectivas são aquelas que assumem um carácter essencialmente prático e/ou que exijam um desempenho colectivo dos alunos⁴.

No caso do curso de LGP, embora não tenha sido aprovado pelo C.C., apenas o Estágio está nessa condições, tal como estipula o n.º 22 do art. 8.º do Regulamento de Frequência e Avaliação: “No que se refere às disciplinas de Prática Pedagógica, Estágio e Projecto e apenas no caso de uma assiduidade regular e de um desempenho considerado suficiente, cada aluno apenas poderá requerer exame na componente que se refere à elaboração de relatórios ou projectos que demonstrem a capacidade de reflexão do aluno sobre as situações de prática efectivamente vividas. Este exame constará da apresentação do relatório/projecto reformulado e da sua discussão.”

Os alunos que optam pela avaliação contínua podem recorrer à avaliação por exame no caso de reprovação ou se pretenderem melhorar a sua classificação.

No regime de avaliação contínua, cabe aos docentes de cada disciplina definir o respectivo regime de frequência e avaliação.

O quadro seguinte foi elaborado com base nas respostas dadas pelos docentes do curso à questão relativa ao regime de frequência praticado nas respectivas disciplinas. Neste quadro verifica-se que o regime de “presença obrigatória” nas actividades lectivas é o mais frequente com 42,3% das respostas, seguido da presença obrigatória parcial dos alunos com 38,5%.

Quadro 4.4.1. Regime de frequência adoptado na disciplina.

	N.º	%
Presença Obrigatória	11	42,3%
Parcialmente Obrig.	10	38,5 %
Presença Facultativa	1	3,8%
Outra	1	3,8%
Não responde	3	3,5%
Total	26	100.0%

Fonte: Inquérito aos docentes

De acordo com o definido no Regulamento de Frequência e Avaliação, no início do funcionamento da disciplina, os alunos devem ser informados do respectivo regime de frequência e avaliação. Esta informação deverá ser explicitada no programa da disciplina que é disponibilizado no início do ano através do site da Escola.

Estão previstas três épocas exames:

- A época normal decorre nas férias de semestre para as disciplinas que funcionam no 1.º Semestre e no mês de Julho para as disciplinas anuais e as do 2.º semestre.
- A época de recurso decorre na 1.ª quinzena de Setembro para todas as disciplinas anuais e semestrais.
- A época especial destina-se a permitir a conclusão dos cursos aos alunos dos últimos anos e decorre na 1.ª quinzena de Dezembro.

Nos termos da lei, os trabalhadores-estudantes, os militares e os atletas de alta competição têm modalidades especiais de frequência e avaliação, nomeadamente épocas especiais de exame e regimes de prescrição e de transição de ano próprios para estes alunos. O regulamento de frequência e avaliação da escola prevê para os trabalhadores-

⁴ Nos termos do Regulamento de Frequência e Avaliação, o elenco destas disciplinas é proposto pela coordenação do Curso e aprovado pelo Conselho Científico, depois do parecer do Conselho Pedagógico.

estudantes modalidades especiais de frequência das aulas e de prestação de provas de avaliação contínua que podem ser negociadas com os docentes.

O número de trabalhadores estudantes por ano curricular é apresentado no quadro seguinte (Anexos, p. 182):

Quadro 4.4.2. N.º de alunos e de Trabalhadores-estudantes		
	N.º alunos	Trabalhadores-estudantes
1.º ano	13	3
2.º ano	0	
3.º ano	12	3
4.º ano	0	
Total	25	6

Fonte: Secretaria

As condições especiais de frequência e avaliação dos trabalhadores–estudantes justifica-se uma vez que os cursos de formação inicial funcionam predominantemente em horário diurno. Por outro lado, a obrigatoriedade da frequência efectiva dos momentos de estágio, devido à sua elevada carga horária, às suas características e importância na formação, constitui uma dificuldade acrescida para os trabalhadores-estudantes.

Quadro 4.4.3. Adequação do regime de frequência praticado na Escola		
	N.º	%
Razoável	9	75%
Elevada	1	8,3%
Não responde	2	16,7%
Total	12	100.0%

Fonte: Inquérito aos alunos

São apresentados em seguida os quadros referentes à adequação do regime de avaliação praticado na Escola. De acordo com os dados recolhidos pode-se inferir que há uma opinião positiva em relação ao regime de frequência e avaliação em vigor quer por parte dos alunos (Quadro 4.4.3.) quer por parte dos docentes (Quadro 4.4.4. e Quadro 4.4.6.).

Quadro 4.4.4. Adequação do regime de frequência da Escola.

	N.º	%
Nenhuma	1	6,3%
Reduzida	3	18,8%
Razoável	9	56,3%
Não responde	3	18,8%
Total	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

De facto, 83,3% dos alunos e 56,6% dos professores do curso pronunciam-se por uma adequação razoável e elevada do regime de frequência (Quadros 4.4.3. e 4.4.4.). O mesmo se verifica, relativamente à apreciação do regime de avaliação. Que é considerada com uma adequação razoável e elevada por 58,4% dos alunos e por 68,8% dos professores (Quadros 4.4.5. e 4.4.6.).

Quadro 4.4.5. Adequação do regime de avaliação utilizado

	N.º	%
Reduzida	3	25%
Razoável	5	41,7%
Elevada	2	16,7%
Não responde	2	16,7%
Total	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

Quadro 4.4.6. Adequação do regime de avaliação utilizado.

	N.º	%
Nenhuma	1	6,3%
Reduzida	1	6,3%
Razoável	11	68,8%
Não responde	3	18,8%
Total	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Relativamente à adequação dos modelos de avaliação das diferentes disciplinas (Quadro 4.4.7.) 72% dos alunos consideram favoravelmente a adequação dos modelos de avaliação das disciplinas.

Quadro 4.4.7. Adequação do modelo de avaliação das disciplinas

	N.º	%
Nenhuma	2	1,8%
Reduzida	28	25,2%
Razoável	50	45%
Elevada	30	27%
Não responde	1	0,9%
Total	111	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

A opinião dos alunos expressa-se também favoravelmente sobre a adequação da informação que lhes é prestada sobre a disciplina, como se pode verificar no quadro 8, em que 66,6% a consideram razoável e elevada.

Quadro 4.4.8. Adequação da informação sobre a disciplina		
	N.º	%
Nenhuma	7	6,3%
Reduzida	29	26,1%
Razoável	43	38,7%
Elevada	31	27,9%
Não responde	1	0,9%
Total	111	100.0%

Fonte: Inquérito aos alunos

No ano lectivo de 2002/2003 as diferentes disciplinas do curso funcionaram regularmente, não se verificando desvios significativos entre o número de horas curriculares, de horas previstas e de horas efectivamente leccionadas para cada disciplina, como se pode verificar no quadro apresentado nos anexos⁵. O funcionamento normal das diferentes disciplinas reflectir-se-á seguramente na opinião dos docentes relativamente ao grau de interesse e ao nível de participação dos alunos nas diferentes actividades lectivas.

Quadro 4.4.9. Classif. alunos - interesse.		
	N.º	%
2	3	11.5%
3	19	73.1%
4	4	15.4%
Não Resp.	0	0.0%
□	26	100.0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Quadro 4.4.10. Classif. alunos - participação nas actividades.		
	N.º	%
2	3	11.5%
3	12	46.2%
4	11	42.3%
Não Resp.	0	0.0%
□	26	100.0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Da análise dos quadros ressalta que uma elevada percentagem dos docentes do curso (88,5%) se refere a um interesse elevado e a uma participação positiva dos alunos nas actividades lectivas (graus 3 e 4 numa escala de 1 a 4).

Uma possível interpretação para o nível elevado de interesse e de participação dos alunos poderá estar relacionada com a motivação subjacente à escolha da formação, à especificidade do curso e às características da Escola.

⁵ Anexos, p. 240.

Quadro 4.4.11. Primeira opção na candidatura ao ensino superior.

	N.º	%
Este curso na ESE	9	75%
Outro curso	1	8,3%
Não responde	2	16,7%
□	12	100,00%

Fonte: Inquérito aos alunos

Quadro 4.4.12. Primeira opção na candidatura ao ensino superior

	N.º	%
Este curso na ESE	7	63,6%
Este curso noutra escola	2	18,2%
Outro curso	2	18,2%
Não responde	0	0%
□	65	100,00%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Nos quadros 4.4.11. e 4.4.12. (acima), pode-se verificar que 75% dos actuais alunos escolheram este curso da ESE como primeira opção de candidatura ao ensino superior. No caso dos diplomados este número corresponde a 63,6% das respostas.

O facto do curso que frequentam corresponder, para a grande maioria dos alunos, a uma primeira opção de candidatura ao ensino superior manifesta-se também pelo nível de satisfação relativamente ao curso que é parcialmente reforçada ao longo do tempo.

Quadro 4.4.13. Qualificação da satisfação com o curso.

	N.º	%
2	1	8,3%
3	8	66,7%
4	1	8,3%
Não responde	2	16,7%
□	12	100,00%

Fonte: Inquérito aos alunos

Quadro 4.4.14. Evolução do grau de satisfação.

	N.º	%
Manteve-se	2	16,7%
Diminuiu	2	16,7%
Aumentou	6	50%
Não responde	2	16,7%
□	12	100,00%

Fonte: Inquérito aos alunos

No caso dos actuais alunos, os dois níveis mais altos de satisfação com o curso são referidos por 75% dos alunos (Quadro 4.4.13.), 16,7% referem-se à manutenção do nível da sua satisfação, que aumenta para 50% (Quadro 4.4.14.).

No caso dos diplomados, embora atenuada, verifica-se uma tendência semelhante: 8 ex-alunos (72,1%) referem o nível máximo de satisfação com o curso (Quadro 4.4.15.) e 27,3% mantiveram ou aumentaram esse grau de satisfação relativamente às expectativas iniciais (Quadro 4.4.16.).

Quadro 4.4.15. Grau de satisfação com o curso		
	N.º	%
1	1	9,1%
2	2	18,2%
3	8	72,7%
Não responde	0	0%
Σ	11	100,00%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Quadro 4.4.16. Evolução da satisfação com o curso relativamente às expectativas iniciais		
	N.º	%
Manteve	1	9,1%
Diminuiu	8	72,7%
Aumentou	2	18,2%
Não responde	0	0%
Σ	11	100,00%

Fonte: Inquérito aos diplomados

A forma como os alunos apreciam o funcionamento das disciplinas está, certamente, em correlação com os níveis elevados de satisfação revelados nos quadros anteriores.

Quadro 4.4.17. Apreciação global da disciplina.		
	N.º	%
1	16	14,4%
2	17	15,3%
3	47	42,3%
4	29	26,1%
Não responde	2	1,8%
Σ	111	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

O quadro 4.4.17. destaca-se que 68,4% das respostas dos alunos à apreciação global das diferentes disciplinas do curso situa-se nos níveis 3 e 4 numa escala de 1 a 4.

Quadro 4.4.18. Apreciação do relacionamento entre alunos e docentes.		
	N.º	%
2	1	8,3%
3	6	50%
4	3	25%
Não responde	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

Quadro 4.4.19. Classificação do aluno - relacionamento com o professor.		
	N.º	%
3	9	34,6%
4	17	65,4%
Não responde	0	0%
Σ	26	100,00%

Fonte: Inquérito aos docentes

O relacionamento entre professores e alunos, que envolve componentes de relacionamento pessoal mas inclui também aspectos que se referem à qualidade da relação pedagógica, confirma uma apreciação positiva como se pode verificar nos quadros 4.4.18. e 4.4.19.

A apreciação global do curso feita por alunos e professores é menos favorável, mas mesmo assim é uma apreciação positiva (quadros 4.4.20. e 4.4.21.).

	N.º	%
3	9	75%
4	1	8,3%
Não responde	2	16,7%
<input type="checkbox"/>	12	100,00%
Fonte: Inquérito aos alunos		

	N.º	%
2	1	6,3%
3	8	50%
4	1	6,3%
Não responde	6	37,5%
<input type="checkbox"/>	16	100,00%
Fonte: Inquérito aos docentes		

A motivação e o interesse manifestados pelos alunos assim como as características de funcionamento das disciplinas e do curso reflectem-se no sucesso escolar e em particular nas classificações obtidas.

Em todas as disciplinas o número de alunos aprovados é superior a 50% aumentando esta percentagem quando se analisam os últimos anos do curso, passando para valores superiores a 80%.

O quadro “Número de alunos inscritos e aprovados por disciplina em cada regime de avaliação (2002/2003)”⁶ revela que, na maior parte das disciplinas 100% dos alunos obtêm aprovação no regime de avaliação contínua.

Estes excelentes resultados também são confirmados pelos dados descritos no quadro apresentado na p. 182 dos anexos, em que a totalidade dos alunos, em 2001/2002, concluiu o curso no número de anos lectivos igual ao número de anos curriculares.

O quadro seguinte indica as classificações médias finais dos diplomados que se situam entre uma classificação mínima de 13 valores e uma máxima de 16 valores. Em qualquer dos anos referidos a classificação mais frequente foi de 15 valores.

	2001-2002	2002-2003
	T	T
13 valores	1	1
14 valores	6	3
15 valores	2	4
16 valores	1	1
Total	10	9
Fonte: Secretaria		

⁶ Anexos, p. 183

4.5 - AMBIENTE DE TRABALHO

De acordo com os estatutos da Escola (Diário da Republica II Série, n.º 4 de 5 de Janeiro de 1996) o (a) coordenador(a) tem como competências:

- a) Propor ao Conselho Científico as linhas de orientação científico-pedagógica do respectivo curso;
- b) Assegurar a gestão educativa quotidiana do curso que coordena;
- c) Colaborar com os outros membros da comissão coordenadora da Unidade de Formação na gestão científico-pedagógica dos cursos que a integram, nomeadamente, em matérias do âmbito da sua área científica;
- d) Promover a informação, a reflexão e a discussão sobre as problemáticas do curso e dos seus profissionais junto dos docentes do Departamento e/ou da(s) área(s) científica(s) predominante(s) do curso.

A coordenação do curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa tem sido assegurada, desde a sua fundação no ano lectivo de 1997/1998, pelo professor coordenador José Catarino Soares.

A coordenação do curso assegura a ligação entre os vários docentes promovendo reuniões de trabalho sempre que necessário para a resolução dos problemas de funcionamento que ocasionalmente ocorram e estabelecendo a ligação com os órgãos de gestão da escola.

É igualmente o interlocutor dos alunos do curso, ajudando-os a ultrapassar dificuldades e a resolver situações que possam perturbar o normal funcionamento do curso.

4.5.1. Participação em reuniões de trabalho no âmbito do curso.

	Nº	%
Nenhuma	5	31,3%
Reduzida	4	25,0%
Razoável	4	25,0%
Não Resp.	3	18,8%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

A participação em reuniões de trabalho é considerada reduzida, apenas cerca de 25% (quadro 4.5.1.) a consideram razoável, sendo um indicador de que será necessária uma maior dinamização para a participação dos docentes nestas reuniões.

4.5.2. Permuta de experiências com outras instituições no âmbito do curso.

	Nº	%
Nenhuma	5	31,3%
Reduzida	2	12,5%
Razoável	4	25,0%
Elevada	1	6,3%
Não Resp.	4	25,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

Neste âmbito, verificamos que o mesmo número de docentes (25%) indica ter uma permuta de experiências razoável com outras instituições no âmbito do curso, o que é aceitável tendo em conta a especificidade do contexto de uso e ensino da língua gestual portuguesa e sua tradução.

A apreciação feita por docentes e alunos quanto ao relacionamento entre eles é considerado satisfatório, apesar de ser mais elevado por parte dos professores que seleccionam 68,8% nível 3 e 31,3% nível 4, para 50% nível 3 e 25% nível 4 por parte dos alunos.

4.5.3. Apreciação relacionamento entre alunos e docentes.

	Nº	%
3	11	68,8%
4	5	31,3%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.5.4. Apreciação relacionamento entre alunos e docentes.

	Nº	%
2	1	8,3%
3	6	50,0%
4	3	25,0%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

O relacionamento com os funcionários obtém melhor classificação por parte dos professores com 37,5% de 3 e 37,5% de nível 4, sendo um pouco inferior na apreciação dos alunos em que 50% optam pelo nível 3 e 33,3% indicam o nível 2.

4.5.5. Apreciação relacionamento entre docentes e funcionários.

	Nº	%
1	2	12,5%
2	2	12,5%
3	6	37,5%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.5.6. Apreciação relacionamento entre alunos e funcionários.

	Nº	%
2	4	33,3%
3	6	50,0%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

No relacionamento entre pares verificamos que existe uma classificação superior entre os alunos 50% nível 4 e 25% nível 3, para 68,8% nível 3 e apenas 18,8% nível 4 para os professores. Esta diferença é compreensível pois o desencontro de horários dos professores é menos facilitador de um convívio e intercâmbio, o que não acontece com os alunos que estão quase sempre em contacto.

4.5.7. Apreciação relacionamento entre os docentes.

	Nº	%
2	2	12,5%
3	11	68,8%
4	3	18,8%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.5.8. Apreciação relacionamento entre alunos.

	Nº	%
2	1	8,3%
3	3	25,0%
4	6	50,0%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

Os alunos são mais críticos em relação aos horários: 33,4% indicam o nível 1 e 2 e 41,7% o nível 3, enquanto que os professores demonstram um grau de satisfação com os horários mais elevado: 37,5% indicam o nível 4 e 56,3% o nível 3.

4.5.9. Adequação dos horários.

	Nº	%
2	1	6,3%
3	9	56,3%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.5.10. Adequação dos horários.

	Nº	%
1	2	16,7%
2	2	16,7%
3	5	41,7%
4	1	8,3%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

O calendário lectivo recolhe maior consenso por parte de alunos e professores, verificando-se um total de 87,5% de 3 e 4 para os professores e 83,4% de 3 e 4 para os alunos.

4.5.11. Adequação do calendário lectivo.

	Nº	%
1	1	6,3%
2	1	6,3%
3	8	50,0%
4	6	37,5%
Não Resp.	0	0,0%
Σ	16	100,0%

Fonte: Inquérito aos docentes

4.5.12. Adequação do calendário lectivo.

	Nº	%
3	5	41,7%
4	5	41,7%
Não Resp.	2	16,7%
Σ	12	100,0%

Fonte: Inquérito aos alunos

4.6. Cultura de Qualidade

4.6.1— A qualidade de um curso de ensino superior é a resultante de vários factores, alguns dos quais, no caso em apreço, foram já pormenorizadamente analisados nos pontos anteriores (4.1. 4.2, 4.3, 4.5) e outros ainda que o serão nos pontos seguintes (4.7, 4.8).

4.6.2 — O ponto 5 ("comentários finais") retomará, por isso, o tópico que serve de título a este ponto de uma perspectiva mais abrangente, não só porque escorada na informação suprida por este ponto e pelos pontos seguintes, mas também porque se fará aí sobressair o mecanismo derradeiro de que depende a avaliação da qualidade deste curso.

4.6.3 — Assim, e partindo do pressuposto que o conteúdo dos pontos já tratados e a tratar fala(rá) por si quanto à cultura de qualidade que se pretende promover neste curso, cumpre assinalar neste ponto dois factores que não foram ainda mencionados e que se prendem com este tema: a *política de ingressos* e o *numerus clausus*.

A— Numerus clausus

4.6.4 — Desde o início deste curso que se adoptou como norma um *numerus clausus* de 15 alunos. Este número tem duas justificações: uma de ordem pedagógica (e que se prende directamente com o tópico da qualidade) e outra de ordem sociológica (e que se prende directamente com o tópico da empregabilidade).

4.6.5— A LGP é uma língua visuogestual. A experiência do ensino desta e de outras línguas congéneres a falantes (ouvintes) de línguas audiovocais, ao longo dos últimos trinta anos, depressa mostrou que os resultados de aprendizagem só são significativos se o número de alunos por turma não ultrapassar 15, o número óptimo sendo 10-12.

4.6.6— Este facto tem a ver, sobretudo, com a natureza visual das actividades discursivas nestas línguas. Sem contacto visual entre os falantes de uma língua gestual não há comunicação possível. Transposto para a sala de aula, este facto significa que o professor ou a professora de LGP só comunica (e só ensina) na medida em que os alunos mantenham com ele/ela contacto visual. Ora, verificou-se que esta permanente atenção/disponibilidade do olhar é uma tarefa cognitiva extremamente difícil para pessoas ouvintes, seja qual for a sua idade. E verificou-se também que a ruptura do contacto visual é tanto mais frequente e prolongada quanto mais numerosos forem os factores distractivos, os quais aumentam exponencialmente quando o número de alunos ultrapassa os 15.

4.6.7— Evidentemente, nada impede que o numerus clausus seja aumentado. Mas para que isso suceda sem degradar irremediavelmente a qualidade de ensino, torna-se necessário aumentar o número de turmas (e dos recursos materiais correspondentes). Com um único professor de LGP e um único professor de TPTI, não é possível, porém, manter mais do que duas turmas a funcionar em cada ano lectivo. Convém acrescentar que a ESE/Set não dispõe de um laboratório de línguas adequado às necessidades de ensino e de treino de uma língua visual como a LGP (cf. ponto 4.1. B.2 (8)). Os

equipamentos existentes no seu centro de recursos são, deste ponto de vista, insuficientes.

4. 6.8— Assim, a opção por um *numerus clausus* de 15 corresponde ao máximo que se pode fazer sem comprometer a qualidade de ensino com os recursos docentes e materiais disponíveis.

A.2— Política de ingressos

4.6.9 — Ainda que fosse possível (pelo recrutamento de mais docentes e melhoria das condições materiais) aumentar o *numerus clausus* deste curso, essa decisão teria sempre que ser ponderada e justificada em função de um segundo factor: o da empregabilidade dos seus diplomados.

4.6.10 — Ora, a verdade é que nenhum dos governos que se sucederam desde aprovação da alínea (f) do artigo 74.2 da Constituição, aprovou legislação que, em conformidade com esse preceito constitucional, garantisse aos alunos Surdos que ingressam no, ou já frequentem, o ensino superior o direito de disporem de um serviço público e gratuito de intérpretes, como sucede noutros países da União Europeia, como, por exemplo, a Dinamarca, a Suécia, a Holanda ou o Reino Unido. Por esta razão, o mercado de emprego dos diplomados deste curso, embora socialmente muitíssimo importante e potencialmente destinado a crescer muito para além das suas dimensões actuais, é ainda minúsculo.

4.6.11— Enquanto estes entraves anti-constituicionais se mantiverem, justifica-se por isso a manutenção de uma política de ingressos como a que foi adoptada desde o início para acautelar não só a qualidade da formação profissional dos seus alunos mas também, e concomitantemente, a empregabilidade dos seus diplomados.

4.6.12 — Essa política baseia-se no seguinte princípio: quando uma turma termina a fase de bacharelato (3º ano) e os seus alunos ou transitam para o 1º ano da licenciatura (4º ano), ou abandonam os estudos para procurar trabalho, procede-se abertura de uma nova turma de 1º ano. Desta forma, tem sido possível manter, desde 2000, duas turmas de anos diferentes (1º e 4º, 2º e 5º, 3º e 1º, etc) a funcionar, garantindo simultaneamente a máxima produtividade dos recursos docentes e materiais específicos deste curso. Este princípio poderá, porém, ser alterado com a diminuição do número de anos do curso no quadro do chamado processo de Bolonha.

4.7. DIFUSÃO DO CURSO

O Curso de Língua Gestual Portuguesa partilha uma estratégia de difusão em comum com os restantes cursos da instituição e pretende atingir, em particular, os alunos das Escolas Secundárias.

4.7.1. ELABORAÇÃO DE FOLHETOS E BROCHURAS

A Escola Superior de Educação de Setúbal possui, para cada um dos cursos que lecciona, um desdobrável com o objectivo de divulgar o respectivo curso e que contém a seguinte informação: o grau académico que o curso atribui, o currículo do curso com a distribuição das unidades curriculares por anos e semestres e a respectiva carga horária, as provas específicas de acesso ao curso, as condições de acesso e as unidades curriculares específicas. Publica ainda, anualmente, uma brochura contendo todos os cursos em funcionamento durante esse ano lectivo. Para cada curso, a brochura inclui informação sobre condições de acesso, grau académico, saídas profissionais, e o critério de preferência regional dos candidatos a seleccionar. Estas brochuras são distribuídas pelas escolas do distrito e são utilizadas como meio de divulgação da escola e dos seus cursos nos eventos em que a escola participa.

4.7.2. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Uma estratégia importante para a divulgação da ESE é a realização do “Dia Aberto”. O evento destina-se à divulgação da instituição, e dos seus cursos, junto das escolas secundárias do distrito. Trata-se, pois, de informar sobre a oferta formativa, mostrar o resultado do trabalho em diferentes áreas e dar a conhecer o espaço físico e o ambiente cultural da Escola. Este meio de divulgação envolve na sua concepção e realização muitos docentes e alunos tendo, ao longo do tempo, demonstrado resultados positivos, pois, posteriormente, alguns formandos referem, informalmente, a importância dessa experiência, enquanto estudantes do ensino secundário e o peso que teve na sua opção académica. Alguns ex-formandos também lhe fazem referência como factor determinante para a sua conscientização e orientação vocacional.

4.7.3. PÁGINA DA ESE DE SETÚBAL NA INTERNET

A página da Internet é outro dos veículos de divulgação do projecto educativo da escola, das suas actividades culturais e científicas assim como dos seus cursos. A informação relativa a cada um dos cursos contém o currículo do curso com a distribuição das unidades curriculares por anos e semestres e a respectiva carga horária, as provas específicas de acesso ao curso, as condições de acesso, as unidades curriculares específicas, a nota do último candidato colocado na primeira fase, nos últimos anos lectivos, as saídas profissionais e um pequeno descritivo do curso.

4.7.4. PUBLICIDADE EM JORNAIS, REVISTAS E RÁDIO

No ano de iniciação dos diferentes cursos publicam-se anúncios para divulgação dos mesmos nos seguintes jornais e revistas: “Correio da Manhã”, “Setubalense”, “Público”, “Jornal de Letras, Artes e Ideias”, “Diário de Notícias”, “Espaço Média” e “Jornal da Moita”. Insere-se, ainda, publicidade em dossiers de divulgação do acesso ao ensino superior no “Público”, “Guia do Estudante” e “Fórum Estudante” e na edição “Ensino Superior em Portugal” publicada pelo jornal Público. Procedeu-se, também, à inserção

de um *banner* no jornal digital “Setúbal na Rede”. Em todos estes anúncios incluiu-se o endereço digital da escola para permitir a obtenção de um maior número de informações. É de salientar que, desde 2001, existe uma parceria entre o “Setúbal na Rede” e a ESE, estabelecida por protocolo, que garante a participação periódica na forma de artigos de opinião. Mensalmente, o “Setúbal na Rede” insere-os na sua página de Educação.

O Instituto Politécnico de Setúbal dispõe de um espaço semanal na rádio PAL, transmitido à quinta-feira entre as 16h e 10m e as 16h e 25m. Este programa é produzido pelos estudantes do Curso de Comunicação Social e destina-se à divulgação das actividades desenvolvidas pelo IPS e pelas suas Unidades Orgânicas. O programa tem níveis de audiência bastante elevados, pelo que a própria rádio se propõe repensar o seu horário de emissão. No âmbito do programa são também tratados diversos assuntos relacionados com as escolas e os cursos nela ministrados.

Os eventos promovidos pela E.S.E. são frequentemente divulgados nos órgãos de comunicação social (jornais e rádios). Os órgãos de comunicação social existentes na nossa base de dados são os seguintes:

Jornais regionais – Actual, Correio de Setúbal, Distrito de Setúbal, Ecos de Grândola, Gazeta de Palmela, Jornal da Região (Setúbal – Palmela), Jornal de Almada, Jornal de Azeitão, Jornal de Sesimbra, Jornal do Barreiro, Jornal do Concelho de Palmela, Jornal do Montijo, Jornal do Pinhal Novo, Litoral Alentejano, Notícias da Moita, Notícias de Sines, Nova Gazeta, Nova Morada, O Leme, O Rio, O Sesimbrense, O Setubalense, Outra Banda, Raio de Luz, Revista Sem Mais, Sem Mais Jornal, Setúbal Magazine, Setúbal da Rede, Tribuna do Povo, Voz do Sado.

Rádios Regionais – Antena Miróbriga, Eco FM, Popular FM, Rádio Azul, Rádio Baía, Rádio Capital, Rádio Clube de Grândola, Rádio Jornal de Setúbal, Rádio Mirasado, Rádio Pal, Rádio Santiago, Rádio Seixal, Rádio Sines, Rádio Voz de Almada, Rádio Voz de Setúbal.

Rádios Nacionais – RC – Rádio Comercial, RDP – Rádio Difusão Portuguesa, RR – Rádio Renascença, TSF.

Jornais Nacionais Semanários – Expresso, O Independente, Semanário, Visão.

Jornais Nacionais Diários – 24 Horas, A Capital, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Público.

4.7.5. ESE ROAD SHOW

O “marketing” directo é a maneira mais efectiva de otimizar a relação “produto/público”. Neste sentido, a apresentação face a face, articulando várias linguagens e vários suportes, constitui uma das principais características desta estratégia itinerante. O projecto “ESE-Road Show – Percursos” visa o contacto directo com as escolas para chegar mais perto dos principais interessados (alunos e responsáveis dos Serviços de Psicologia e Orientação). O projecto envolve professores, ex-diplomados, técnicos e alunos. É uma apresentação institucional da ESE, suportada por diversos elementos técnicos e humanos que incluem um stand móvel. A sua dominante visual é a própria estrutura do edifício escolar e as suas características arquitectónicas subordinadas ao tema da comunicação. O stand exhibe objectos simples e documentos gráficos que promovem e prestam informações sobre a escola, os cursos e o seu contexto regional. O Dossier de Escola, incluindo os planos de estudos, dos cursos e as informações sobre a escola, o IPS e a região, constitui o elemento central da

apresentação. A funcionar durante um período do dia (09.30h - 12.30h) e situado preferencialmente em espaço exterior, o stand recorre a professores e ex-diplomados, que relatam experiências de formação e integração profissional, assim como à projecção de vídeos e materiais digitais (powerpoint). São ainda graciosamente oferecidos aos visitantes alguns materiais promocionais (panfletos, fitas de pulso).

4.7.6. PROJECTOS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

No âmbito das actividades curriculares do curso salienta-se a importância que os momentos de estágio constituem ao desenvolver o contacto com a realidade efectiva da comunidade surda e das diversas instituições de intervenção. Contribuem para a qualidade da formação, tornando mais conhecida a ESE de Setúbal e divulgando o seu papel social. Uma outra forma privilegiada de relacionamento com a comunidade é o desenvolvimento, desde 1987, das Actividades Interculturais (AI) no 1.º ano de todos os cursos.

A disciplina de Actividades Interculturais, que ocorre, normalmente, no primeiro ano de formação, durante 3 dias do mês de Janeiro ou Fevereiro, conforme referido noutro ponto deste relatório, constitui o primeiro contacto prático dos formandos com a realidade das diferentes comunidades do distrito de Setúbal. Permite, assim, a constatação das necessidades de intervenção em conjunto com as autarquias, as associações comunitárias, as instituições da administração central, as escolas e a população em geral. Os locais de intervenção são seleccionados de acordo com a diversidade de comunidades existentes (bairros históricos, áreas urbanas consolidadas, bairros clandestinos, bairros sociais, áreas rurais, comunidades com ambientes étnicos e culturais diversos). Os formandos são colocados e integrados durante 3 dias, como já se referiu, nas diferentes comunidades e efectuam como produto final uma monografia sobre a comunidade que visitam, caracterizando-a como um território do ponto de vista social, cultural, económico e educativo. Para a concretização e sucesso destas actividades, a ESE de Setúbal conta com a cooperação das autarquias, instituições da administração central e associações locais de formação de professores. Estas actividades terminam com uma apresentação pública à comunidade e à população em geral e uma exposição quer dos trabalhos produzidos pelos formandos quer de materiais cedidos pelas comunidades. Para esta sessão são convidadas todas as entidades que apoiam o decorrer das Actividades Interculturais. No ano lectivo 2002/2003 foram envolvidas as seguintes Câmaras Municipais e diversas Juntas de Freguesias: Almada, Seixal, Montijo, Moita, Setúbal, Barreiro, Santiago do Cacém, Sesimbra, Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Alcochete.

As Actividades Interculturais, como todas as actividades de iniciação à prática profissional (incluindo ou não o estágio), são meio de difusão do curso e da ESE, e têm implicado, ainda, a construção progressiva de uma rede de contactos e parcerias com outras instituições da comunidade assim como as visitas a instituições formais e não formais que decorrem no âmbito das várias vertentes do curso.

4.8. IMAGEM SOCIAL DO CURSO

Ao longo do seu percurso, o curso de Tradução e Interpretação em LGP tem preenchido pelo menos 2/3 da totalidade das vagas a concurso (quadro 4.8-1). Esta razoável procura do curso traduz o reconhecimento social do curso, reforçado pela nota máxima (162,4) e pela nota mínima (110,3) de acesso ao curso nestes dois últimos anos.

Quadro 4.8.1.

Número de vagas e de alunos colocados, nota máxima e nota mínima por ano lectivo - Curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa

		2000-2001		2001-2002		2002-2003	
Vagas iniciais		15				15	
1ª fase	Colocados	11				10	
	Matriculados	10				10	
	Nota máxima	162,4				149,4	
	Nota mínima	110,3				117,2	
2ª fase	Colocados	1				1	
	Matriculados	1				1	
	Nota máxima	123,0				136,1	
	Nota mínima	123,0				136,1	
3ª fase	Colocados						
	Matriculados						
	Nota máxima						
	Nota mínima						
		C	M	C	M	C	M
Concursos Especiais							
Regime Especial							
Tranferências							
Regressos							
Mud. Curso		1	1			1	0
Ad-Hoc		2	2				
Com curso Méd/ Sup						3	1
Ensino Estrang.							

Legenda: C – Colocados; M – Matriculados

Fonte: Secretaria

O quadro 4.8.2. apresenta o número de alunos dos diferentes anos do curso em avaliação.

Número de alunos no Curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa (2002/2003)

	Total	Trabalhadores Estudantes
1º ano	13	3
2º ano		
3º ano	12	3
4º ano		
5º ano		
TOTAL	25	6

Fonte: Secretaria

4.8.1. INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS

Os diferentes tipos de contactos estabelecidos, quer com as direcções dos diferentes estabelecimentos onde os estudantes realizam os estágios, quer através de ex-estudantes, tem permitido a obtenção de alguns indicadores da inserção profissional dos diplomados. Contudo, se exceptuarmos o inquérito elaborado no âmbito do presente relatório, ainda não se procedeu a uma apreciação sistematizada da sua inserção profissional.

Por isso, o inquérito realizado junto dos diplomados permitiu a obtenção de dados importantes para avaliar a sua inserção profissional. Responderam a este inquérito 11 inquiridos, sendo 81,8% do sexo feminino e 18,2% do sexo masculino. Destes, 54,5% têm uma idade até aos 25 anos, 45,5% entre os 26 e os 35 anos.

4.8.1.1. Sexo

	N.º	%
Feminino	9	81.8%
Masculino	2	18.2%
Não Resp.	0	0.0%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

4.8.1.2. Idade (anos)

	N.º	%
Até 25	6	54.5%
26 - 35	5	45.5%
Não Resp.	0	0.0%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Durante a frequência do curso 81,8% residiam no distrito de Setúbal, 9,1% no distrito de Lisboa e 9,1% noutros distritos (quadro abaixo).

4.8.1.3. Distrito de residência durante a frequência do curso

	N.º	%
Setúbal	9	81.8%
Lisboa	1	9.1%
Outro	1	9.1%
Não Resp.	0	0.0%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Dos diplomados que responderam ao inquérito, 63,6% concluíram a sua formação no ano lectivo de 2002 e 36,4% no ano lectivo de 2003. (quadro abaixo).

4.8.1.4. Ano de conclusão do curso

	N.º	%
2002	7	63.6%
2003	4	36.4%
Não Resp.	0	0.0%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Os docentes diplomados pelo curso da ESE de Setúbal têm ingressado no mercado de trabalho com relativa facilidade. Na verdade, 27,3% dos inquiridos encontram trabalho mesmo antes ou durante o curso, 45,5% 6 meses após terem terminado o curso enquanto que apenas 9,1% estiveram mais de 12 meses desempregados (quadro abaixo).

Quadro 4.8.1.5. Momento do início da actividade profissional

	%
Antes/ durante frequência do curso	27,3
6 meses após fim curso	45,5
6-12 meses após fim curso	9,1
+12 meses após fim curso	9,1
Outra situação	9,1
Total	100

Fonte: Inquérito aos diplomados

Apenas 18,2% afirmam ter trabalhado antes de iniciar o curso e 36,4 ter tido alguma actividade laboral durante o curso. 1 aluno terá tido essa actividade durante todo o curso e um outro durante a sua maior parte.

4.8.1.6. Tempo na actividade desenvolvida antes do curso		
	N.º	%
Nenhum	7	63.6%
Algum	2	18.2%
Não Resp.	2	18.2%
Σ	11	100.0%
Fonte: Inquérito aos diplomados		

4.8.1.7. Tempo na actividade iniciada durante o curso		
	N.º	%
Nenhum	6	54.5%
Algum	2	18.2%
Muito	1	9.1%
Sempre	1	9.1%
Não Resp.	1	9.1%
Σ	11	100.0%
Fonte: Inquérito aos diplomados		

Dois alunos frequentaram um outro curso de licenciatura na ESE antes de ingressar no curso de LGP (18,2%) e dois outros fizeram-no em outras duas instituições, uma pública e outra privada. 5 alunos (45,5%) afirmam nunca ter dedicado nenhum tempo à frequência de qualquer outro curso:

4.8.1.8. Frequência de outro curso de Licenciatura (incluindo CESEs)		
	N.º	%
Na ESE Set	2	18.2%
Noutro estabelecimento público	1	9.1%
Num est. ensino privado	1	9.1%
Não Resp.	7	63.6%
Σ	11	100.0%
Fonte: Inquérito aos diplomados		

4.8.1.9. Tempo em que esteve a frequentar outro curso		
	N.º	%
Nenhum	5	45.5%
Algum	3	27.3%
Sempre	2	18,2%
Não Resp.	1	9,1%
Σ	11	100,0%
Fonte: Inquérito aos diplomados		

A maioria dos diplomados (54,4%) está ligada a instituições do Ministério da Educação:

4.8.1.9. Tipo de instituição da actividade profissional de Tradutor/ Intérprete de LGP

	N.º	%
Est. educação do Ministério da Educ.	6	54,5%
Associação sem fins lucrativos	1	9,1%
Outro	1	9,1%
Est. público + Associação sem fins lucrativos	1	9,1%
Est. educ. ME + Associação sem fins lucrativos	1	9,1%
Não Resp.	1	9,1%
Σ	11	100,0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

36,4% dos alunos já estão na situação de contratados, 27,3% na de prestação de serviços:

4.8.1.10. Tipo de vínculo contratual como Tradutor/ Intérprete de LGP

	N.º	%
Prestação de Serviços	3	27,3%
Contratado(a)	4	36,4%
Prestação de Serviços + Contratado(a)	2	18,2%
Contratado(a) + Outro	1	9,1%
Não Resp.	1	9,1%
Σ	11	100,0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

54,6% dos inquiridos afirmam ter desenvolvido uma actividade profissional compatível com o diploma e a mesma percentagem afirma ter desenvolvido uma actividade não compatível com o diploma (anexos, p.310).

Quadro 4.8.1.11. Tempo num emprego compatível e não compatível com o diploma

	Nenhum %	Algum %	Muito %	Sempre %	N. Res. %	Total %
Tempo num emprego compatível com o diploma	36,4	18,2	18,2	18,2	9,1	100
Tempo num emprego não compatível com o diploma	27,3	45,5		9,1	18,2	100

Fonte: Inquérito aos diplomados

As distâncias entre o local de residência e os locais do exercício da actividade profissional (quadro abaixo) indiciam alguma distância entre o local de residência e o local onde é exercida a actividade profissional.

Quadro 4.8.1.12. Distrito da residência e da actividade profissional

	Setúbal %	Lisboa %	Outro %	N. Res. %	Total %
Distrito onde reside actualmente	54,5	18,2	27,3	0	100
Distrito onde exerce a actividade profissional	18,2	27,3	36,4	18,2	100

Fonte: Inquérito aos diplomados

A mobilidade dos estudantes diplomados no exercício da profissão exerce-se em torno de distâncias relativamente próximas na grande maioria dos casos, conforme quadro abaixo.

45,5% dos diplomados nunca trabalharam a mais de 50 Km da sua área de residência embora 54,5% nunca terem trabalhado na mesma área da residência.

Quadro 4.8.1.13. Distância residência-local de trabalho

	Nunca %	Algumas vezes %	Muitas vezes %	Sempre %	N. Res. %	Total %
Distância residência - local de trabalho: mesma povoação	54,5	9,1	9,1	9,1	18,2	100
Distância residência - local de trabalho: até 10 km	54,5	27,3			18,2	100
Distância residência - local de trabalho: 11 - 50 km	27,3	18,2	27,3	18,2	9,1	100
Distância residência - local de trabalho: 51 - 100 km	45,5	27,3		9,1	18,2	100
Distância residência - local de trabalho: mais de 100 km	45,5	9,1	9,1	27,3	9,1	100

Fonte: Inquérito aos diplomados

Por último, é de salientar que 63,6% dos inquiridos frequentaram formações após a conclusão do curso, quer no âmbito de acções de formação contínua ou de formação especializada:

4.8.1.14. Formação(ões) frequentadas após conclusão do curso

	N.º	%
Sim	7	63.6%
Não	4	36.4%
Não Resp.	0	0.0%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

4.8.2. OPINIÕES DOMINANTES SOBRE O CURSO

Um outro indicador da imagem social do curso diz respeito não só ao nível de satisfação com o curso como também ao nível de satisfação ao longo do curso. Dos contactos existentes emerge uma imagem francamente favorável do curso. Com efeito, a adequação e pertinência da formação de tradutores e intérpretes de LGP decorre da relação estreita entre a prática da LGP, as práticas de tradução e interpretação e a formação teórica e cultural. Esta harmoniosa articulação tem sido frequentemente referida.

A perspectiva de quem está a exercer a profissão de tradutor e intérprete de LGP é fundamental para a imagem social do curso.

O inquérito aos diplomados revela que o curso representou um momento particularmente significativo das suas carreiras pessoais e profissionais.

Com efeito, 72,7% dos inquiridos expressam o mais alto grau de satisfação com o curso (na escala de um a três), todavia a mesma percentagem refere que, ao longo da formação, o nível de satisfação foi diminuindo, tendo em conta as expectativas iniciais (quadros abaixo).

4.8.2.1. Grau de satisfação com o curso

	N.º	%
1	1	9.1%
2	2	18.2%
3	8	72.7%
Não Resp.	0	0.0%
□	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

4.8.2.2. Evolução da satisfação com o curso relativamente às expectativas iniciais

	N.º	%
Manteve	1	9.1%
Diminuiu	8	72.7%
Aumentou	2	18.2%
Não Resp.	0	0.0%
□	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

A frequência do curso contribuiu, de maneira significativa, não só para a formação pessoal e científica, como também para a formação profissional dos ex-alunos (consultar quadro abaixo).

	Reduzida %	Razoável %	Elevada %	N. Res. %	Total %
Contribuição do curso para a formação pessoal	9,1	72,7	18,2	0,0	100
Contribuição do curso para a formação científica	27,3	63,6	9,1	0,0	100
Contribuição do curso para a formação profissional	9,1	63,6	27,3	0,0	100

Fonte: Inquérito aos diplomados

Contudo, destaca-se, no quadro abaixo, a pouca ou nenhuma contribuição do curso para o desenvolvimento da capacidade e negociação/argumentação (72,8%), o domínio de

tecnologias adequadas (54,6%), o domínio das tecnologias de informação e comunicação (72,7%) e o domínio da legislação aplicável (63,7%).

Quadro 4.8.2.3. Contribuição do curso para o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão docente

	Nenhuma %	Pouca %	Bastante %	Muita %	N Res. %	TOTAL %
Contribuição para a capacidade de negociação/argumentação	36,4	36,4	27,3	0,0	0,0	100
Contribuição para o domínio das tecnologias adequadas	9,1	45,5	36,4	9,1	0,0	100
Contribuição para o domínio das tecnol. de informação/ comunicação	0,0	72,7	27,3	0,0	0,0	100
Contribuição para o domínio da legislação aplicável	18,2	45,5	36,4	0,0	0,0	100

81,9% dizem que o curso em pouco ou em nada contribuiu para o conhecimento sobre o funcionamento das organizações.

4.8.2.4. Contribuição para conhecimentos sobre o funcionamento das organizações

	N.º	%
Nenhuma	4	36.4%
Pouca	5	45.5%
Bastante	1	9.1%
Não Resp.	1	9.1%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Um número significativo também refere que o curso pouco ou nada contribuiu para o domínio de competências mais específicas para o exercício da profissão (com valores entre os 45,5% e os 63,7%), nomeadamente no que diz respeito à capacidade de trabalhar em equipa e à capacidade de assumir responsabilidades.

4.8.2.5. Contribuição para a capacidade de trabalhar em equipa

	N.º	%
Nenhuma	1	9.1%
Pouca	4	36.4%
Bastante	5	45.5%
Não Resp.	1	9.1%
☐	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

4.8.2.6. Contribuição para a capacidade de assumir responsabilidades

	N.º	%
Nenhuma	1	9.1%
Pouca	5	45.5%
Bastante	2	18.2%
Muita	3	27.3%
Não Resp.	0	0.0%
☐	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Mais intrigante é a percentagem que refere que o curso em nada ou pouco contribuiu para a capacidade de pensar criticamente assim como para a capacidade de síntese (63,6%).

4.8.2.7. Contribuição para a capacidade de pensar criticamente

	N.º	%
Nenhuma	1	9.1%
Pouca	6	54.5%
Bastante	3	27.3%
Muita	1	9.1%
Não Resp.	0	0.0%
☐	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

4.8.2.8. Contribuição para a capacidade de síntese

	N.º	%
Nenhuma	1	9.1%
Pouca	6	54.5%
Bastante	4	36.4%
Não Resp.	0	0.0%
☐	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

Embora as opiniões não sejam desfavoráveis, parece-nos óbvio que o contributo do curso para o desenvolvimento das competências de comunicação orais e escritas não foi suficientemente valorizado:

4.8.2.9. Contribuição para a capacidade comunicação oral e escrita

	N.º	%
Pouca	5	45.5%
Bastante	5	45.5%
Não Resp.	1	9.1%
Σ	11	100.0%

Fonte: Inquérito aos diplomados

A contribuição do curso terá sido significativa para o domínio de várias outras competências como se pode verificar no quadro seguinte.

Pelos níveis positivos mais elevados (bastante e muito) destacam-se os seguintes domínios: capacidade de pesquisa e organização da informação (54,1%), domínio de conceitos e teorias de referência (63,6%), domínio de métodos e técnicas de trabalho (72,7%).

Quadro 4.8.2.10. Contribuição positiva do curso para o desenvolvimento de outras competências

	Nenhuma %	Pouca %	Bastante %	Muita %	N Res. %	TOTAL %
Contribuição para a capacidade de pesquisar e organizar informação	0,0	45,5	45,5	9,1	0,0	100
Contribuição para o domínio de conceitos e teorias de referência	0,0	36,4	63,6	0,0	0,0	100
Contribuição para o domínio de métodos e técnicas de trabalho	0,0	27,3	63,6	9,1	0,0	100
Contribuição para a cap. de planeamento, coordenação e organização	18,2	27,3	45,5	9,1	0,0	100
Contribuição para o domínio de LGP	0,0	18,2	54,5	18,2	9,1	100

Fonte: Inquérito aos diplomados

5— Comentários finais

5.1— Os nossos comentários finais incidirão sobre três tópicos, todos relativos à "cultura de qualidade".

A.— Condições de melhoria

5.2 — Parece-nos razoável concluir, da análise feita, que o curso de Tradução-Interpretação de LGP da ESE de Setúbal tem prestado um bom serviço à Comunidade Surda Portuguesa, razão última da sua existência, e à causa da igualdade de oportunidades enunciada na alínea (f) do artigo 74.2 da Constituição da República Portuguesa. Aperfeiçoamos o curso ao longo dos anos e todos os alunos que se diplomaram estão empregados, exercendo a profissão que escolheram.

5.3 — Poderá prestar ainda um melhor serviço se puder dispôr (i) de um laboratório de LGP devidamente equipado (o que não se afigura fácil de conseguir na actual conjuntura económica e financeira), e se puder restabelecer (ii) as aulas de 6ª feira no contexto físico e social da Comunidade Surda. Esta prática teve de ser abandonada nos últimos dois anos por ser incompatível com a concentração das unidades de opção de toda a escola também às sextas feiras. Perdeu-se assim um importante elemento da qualidade deste curso. Com a remodelação dos cursos de ensino superior decorrente do chamado "processo de Bolonha", esperamos poder restabelecer essa prática.

5.4 — As demais melhorias que se podem conseguir estão dependentes da eliminação de factores externos hostis a uma cultura de qualidade, entre os quais relevamos dois.

B— Condições de acesso aos cursos superiores de tradutor-intérprete de LGP

5.5 — A lei nº 89/99 (aprovada por unanimidade pela Assembleia da República) estabelece no seu artigo 5.2, que, para o acesso a estes cursos, "*devem os candidatos ser titulares de certificado de formação em Língua Gestual Portuguesa, emitido por entidade formadora legalmente reconhecida*".

5.6 — Este pré-requisito funciona como um poderoso factor de auto-selecção dos potenciais candidatos ao curso de Tradução-Interpretação de LGP da ESE de Setúbal. Concretamente: só concorrem a este curso os alunos que são titulares de um certificado de formação em LGP nos termos da lei.

5.7 — Convém por isso comparar, neste particular, o curso de Tradução – Interpretação de Língua Gestual Portuguesa da ESE de Setúbal como o seu único homónimo.

5.8 — Lembremos que, em 2002, a ESE do Instituto Politécnico do Porto abriu um curso de bacharelato com o mesmo nome que o curso objecto de avaliação neste relatório. Em 2002 concorreram ao curso do Porto 66 alunos e foram admitidos 34, em 2003 concorreram 124 alunos e foram admitidos 28, em 2004 concorreram 127 e foram admitidos 28, ou seja, 89 alunos ingressaram nesse curso, em apenas 3 anos.

5.9 — É legítimo interrogarmo-nos, à luz do que ficou dito no ponto 4.6 deste relatório, sobre as implicações pedagógicas que este número acarreta para a qualidade de ensino desse curso, para a formação dos os alunos (sobretudo nas disciplinas de LGP e TPTI) assim como para as suas implicações sobre a empregabilidade de todos quantos vierem a diplomar-se ou sejam já diplomados.

5.10 — Mas deixemos estas questões de lado, visto que não se prendem directamente como o aspecto essencial a explicar, o qual diz respeito aos números em si mesmos, tanto em termos de candidatos como de colocados. Como se explicam ?

- Uma parte da resposta é, evidentemente, que são em número considerável e crescente os alunos que gostariam de enveredar pela profissão de intérprete de LGP, muitíssimos mais do que aqueles que o mercado seria (na situação actual) capaz de absorver. Mas isso não explica .que os candidatos interessados nesse tipo de curso afluam em muito maior número ESE do Porto do que à ESE de Setúbal.
- A resposta, porém, é fácil de encontrar e não se prende com qualquer factor de mérito relativo. O que acontece simplesmente é que **a ESE do Porto nunca cumpriu o pré-requisito imposto pelo artigo 5.2 da lei 89/99**. Este artigo não consta da publicidade do curso da ESE do Porto, e o pré-requisito que ele estabelece não é exigido aos candidatos. Assim, ao compararem a informação que lhes é fornecida sobre as condições de ingresso neste tipo de curso nas duas únicas escolas que o oferecem - A ESE de Setúbal e a ESE do Porto - os potenciais candidatos rapidamente descobrem que podem ingressar numa delas sem terem de passar pelo crivo que a Lei nº 89/99 impõe a ambas.

5.11 — Naturalmente, este comportamento de ostensivo desrespeito por uma lei da República Portuguesa (até por ter por agente uma instituição pública especializada em Educação e pela desigualdade que introduz entre os potenciais interessados na profissão [e são muitos]), suscita justificado espanto e indignação, tanto mais que ela nunca desencadeou da parte das autoridades competentes uma reacção adequada à sua gravidade. Com efeito, a exposição que os alunos do curso de Tradução-Interpretação de LGP da ESE de Setúbal fizeram, em Julho 2002, sobre esta ilegalidade às autoridades competentes (entre outras, à Presidência da Assembleia da República e à Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior) nunca teve qualquer efeito prático. Destino idêntico tiveram o requerimento apresentado na Assembleia da República, em Dezembro 2003, por um partido parlamentar, bem como os sucessivos comunicados da Associação de Surdos do Porto no mesmo sentido (acessíveis em <http://asp.surdos.net/>, coluna “Forum de Discussão”, rubrica ESEPorto”).A ESE do Porto continuou (e continua até hoje) imperturbável a violar uma lei da República, sem nunca ter sido penalizada por isso. Até quando?

C— Condições de exercício da profissão de intérprete de LGP

5.12 — O artigo 4º da lei nº 89/99 estabelece que:

1— *"O acesso ao exercício da actividade de intérprete de língua gestual portuguesa depende da adequada formação profissional e de certificação a estabelecer nos termos*

gerais pelo ministério do Trabalho e da Solidariedade, no quadro do regime de certificação profissional e do disposto no presente diploma.

2— "O governo regulamentará o processo de acesso à profissão de intérprete de língua gestual, em que participará uma comissão que incluirá representantes das associações representativas da comunidade surda e dos intérpretes de língua gestual".

5.13 — A comissão acima referida (na qual participou o coordenador do curso que é objecto deste relatório) foi constituída sob a égide do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e fez o seu trabalho. Um dos muitos pontos de consenso a que chegou foi que a certificação dos intérpretes de LGP formados no ensino superior deveria ser feita por um organismo idóneo, independente e representativo, ao qual incumbiria a responsabilidade de atribuir e renovar (mediante certos quesitos) a "carteira profissional" de intérprete de LGP, documento com valor legal semelhante ao que existe noutras profissões, como, por exemplo, a de jornalista.

5.14 — Os trabalhos desta comissão foram interrompidos antes da aprovação final dos documentos que elaborou, a pedido do representante da Associação de Intérpretes de LGP, que alegou a necessidade de consulta dos seus associados. Infelizmente, não se conhecem os resultados dessa consulta, e, pior que isso, a comissão nunca mais reuniu, já lá vão 4 anos.

5.15 — Resulta claro, porém, da leitura da lei, que o **mecanismo derradeiro de avaliação da qualidade da formação dos intérpretes de LGP**, deverá ser um organismo independente das instituições de formação.

5.16 — Fazemos votos para que esse mecanismo seja instituído muito rapidamente. A sua actuação permitirá introduzir um princípio sanitário em favor da qualidade de ensino, do cumprimento das leis democraticamente aprovadas e do respeito pelas pessoas Surdas.